

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – LEIS

2 – ATAS

2.1 – 28ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear o Sistema Divina Providência pelos 52 anos de sua criação

2.2 – Comissões

3 – ORDENS DO DIA

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

4.1 – Comissões

5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 – MANIFESTAÇÕES

7 – REQUERIMENTOS APROVADOS

8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



LEIS

LEI Nº 25.459, DE 8 DE SETEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação Januarense Unida pela Defesa Animal – Ajuda –, com sede no Município de Januária.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Januarense Unida pela Defesa Animal – Ajuda –, com sede no Município de Januária.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 8 de setembro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.460, DE 8 DE SETEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação Cultural de São Domingos das Dores, com sede no Município de São Domingos das Dores.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural de São Domingos das Dores, com sede no Município de São Domingos das Dores.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 8 de setembro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.461, DE 8 DE SETEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública o Instituto Boulieu, com sede no Município de Ouro Preto.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Boulieu, com sede no Município de Ouro Preto.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 8 de setembro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.462, DE 8 DE SETEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação Mineira das Folias de Santos Reis, com sede no Município de Varginha.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Mineira das Folias de Santos Reis, com sede no Município de Varginha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 8 de setembro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.463, DE 8 DE SETEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a entidade Comunidade Terapêutica Fonte Viva, com sede no Município de Divinópolis.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Comunidade Terapêutica Fonte Viva, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 8 de setembro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.464, DE 8 DE SETEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a entidade Centro de Apoio Familiar Especializado em Álcool e Drogas – Cafe-AD –, com sede no Município de Porteirinha.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Centro de Apoio Familiar Especializado em Álcool e Drogas – Cafe-AD –, com sede no Município de Porteirinha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 8 de setembro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**ATAS****ATA DA 28ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/9/2025****Presidência da Deputada Andréia de Jesus**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras da Presidenta – Entrega de Placa – Palavras da Sra. Dolores Bertilla – Palavras da Presidenta – Encerramento.

Comparecimento

– Comparece a deputada:

Andréia de Jesus.

Abertura

A presidenta (deputada Andréia de Jesus) – Às 10h3min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– A presidenta, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Sistema Divina Providência pelos 52 anos de sua criação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Dolores Bertilla, superintendente-geral do Sistema Divina Providência, representando o fundador, Sr. Jairo Azevedo; e os Exmos. Srs. desembargador Roberto Apolinário de Castro, representando o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior; e Hugo Barros de Moura Lima, procurador-geral de Justiça adjunto institucional, representando o procurador-geral de Justiça, Paulo de Tarso Morais Filho.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos a todos para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional Brasileiro.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos a um vídeo sobre o Sistema Divina Providência.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Andréia de Jesus, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras da Presidenta

Novamente, bom dia a todos, todas e todes. Cumprimento a Sra. Dolores Bertilla, superintendente-geral do Sistema Divina Providência, instituição homenageada; o Exmo. Sr. Desembargador Roberto Apolinário de Castro, representando o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior; o Exmo. Sr. Hugo Barros de Moura Lima, procurador-geral de justiça adjunto institucional de Minas Gerais, representando o procurador-geral de justiça do Estado de Minas Gerais, Paulo de Tarso Morais Filho; as senhores e os senhores; os trabalhadores e as trabalhadoras do Sistema Divina Providência; os instrutores e as instrutoras; os professores e as professoras; as mães sociais; os irmãos sociais; os estudantes e toda a comunidade aqui presente.

Hoje, mais que uma homenagem, celebramos um encontro de histórias, histórias de luta, de fé, de transformação, que se alcança com 52 anos do Sistema Divina Providência. Essa rede nasceu em 1973, com o Lar dos Meninos São Vicente de Paulo e, desde então, floresceu como um grande sistema de acolhimento de direitos humanos. São centenas de milhares de atendimentos ao longo de décadas, alcançando crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que encontram ali cuidado, abrigo, alimentação, educação, cultura, esporte, profissionalização, saúde e dignidade.

Quando falamos do Divina Providência, não falamos apenas de números. Falamos de pessoas, de mães sociais que acolhem e educam para além da sala de aula; de irmãos sociais que ensinam pelo exemplo, pelo cuidado; de instrutores, professores que

oferecem o melhor de si para formar cidadãos e cidadãs; e dos estudantes que carregam em seus sonhos a esperança e a força da transformação.

Eu mesma sou testemunha viva desse poder transformador. Fui uma das mães que levantou de madrugada para enfrentar uma fila e buscar uma vaga para o meu filho Tiago, que estudou em tempo integral na Cidade dos Meninos e que hoje é advogado e está aqui presente. Eu mesma tive a oportunidade de fazer, graças ao Sistema Divina Providência, cursos de digitação e de informática básica. Esses aprendizados foram sementes que ajudaram a trilhar o caminho que hoje me trouxe até aqui a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais como deputada estadual.

Por fim, para mim, esta homenagem não é apenas institucional, mas também um agradecimento ao Divina Providência pelo que fez pela minha vida, pela vida do meu filho, pela vida de milhares de famílias mineiras. E, ao falar dessa história, é impossível não destacar o papel fundamental do Sr. Jairo Azevedo, fundador do Sistema Divina Providência. É um homem que começou sua trajetória de forma humilde, vendendo pipoca ainda criança e que transformou a vida pela fé, pelo trabalho e pela coragem de acreditar que é possível dignificar vidas. Graças à sua visão e à sua vocação solidária, nasceu o Lar dos Meninos, a Cidade dos Meninos e tantas outras obras sociais que mudaram o destino de milhões de pessoas em Minas Gerais e no Brasil. O Sr. Jairo nos mostra, com a sua história, que a transformação social começa quando alguém decide oferecer oportunidade e esperança a quem mais precisa.

Celebrar este legado é reconhecer que a transformação social nasce, sim, da força da sociedade civil organizada, é reconhecer que a justiça social se constrói no cotidiano, no ensinamento da mãe social, na aula de um professor, na experiência de um instrutor, na persistência de um jovem estudante e também na coragem visionária de líderes como o Sr. Jairo. Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, quero reafirmar o meu compromisso e o compromisso desta Casa de fortalecer experiências como essas, que combatem a desigualdade, promovem inclusão e defendem a vida. Muito obrigada ao Sr. Jairo, muito obrigada ao Sistema Divina Providência, muito obrigada a cada jovem que está hoje aqui pisando neste Plenário e muito obrigada a cada um da comunidade escolar presente nesse sistema.

Entrega de Placa

O locutor – A deputada Andréia de Jesus, neste ato, representando o deputado Tadeu Leite, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, fará agora a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem à Sra. Dolores Bertilha, superintendente-geral do Sistema Divina Providência, representando o Sr. Jairo Azevedo, fundador do Sistema Divina Providência. A placa contém os seguintes dizeres: “Criado em 1973, com o pioneiro Lar dos Meninos São Vicente de Paulo, o Sistema Divina Providência logo se firmou como uma das mais respeitadas iniciativas de inclusão social em Minas Gerais. Fiel à sua missão de resgatar a dignidade humana, expandiu sua atuação e estruturou uma ampla rede de acolhimento, formada por obras e programas assistenciais que atendem milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade. Crianças, jovens, adultos e idosos encontram, em suas ações, cuidado, proteção e oportunidades de transformação. Por essa trajetória marcada pelo compromisso com a justiça social e a redução da desigualdade, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais confere ao Sistema Divina Providência justa homenagem, na celebração de seus 52 anos de fundação.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Dolores Bertilla

Bom dia a todos. Cumprimento a deputada Andréia de Jesus, responsável por este momento; o desembargador Roberto Apolinário de Castro; o Sr. Hugo Barros de Moura Lima, procurador-geral de justiça adjunto institucional de Minas Gerais.

São dois momentos difíceis: primeiro, até a última hora, eu prometi ao Tiago que seria o Sr. Jairo que estaria aqui, mesmo correndo o risco de ele não estar, conforme aconteceu, mas não consegui; não teve como. O Sr. Jairo está com 88 anos, é teimoso que

só um trem de doido. Vai trabalhar todos os dias, e faz dois dias que ele caiu no trabalho e está com um galo deste tamanho na cabeça, mas voltou a trabalhar ontem. Então, para ele estar aqui, fica mais complicado; por isso o Sr. Jairo não está aqui. Perdoe-me, Tiago, eu tentei. Eu prometo, juro que tentei, mas não deu para ele estar aqui.

Quanto à Andréia, eu a conheço de outros momentos. Nós começamos juntas em Ribeirão das Neves. Fiquei na Cidade dos Meninos por seis anos, como responsável pela superintendência de lá. Nós nos conhecemos num trabalho feito junto ao Sebrae, um trabalho de gestão e de lideranças. A Andréia ainda estava na Secretaria de Educação e, logo em seguida, ela desapareceu; eu não sabia onde ela estava. Depois eu a vi aqui, no Plenário, como deputada estadual.

Parabéns, Andréia. É um trabalho que ela faz e é uma luta constante pela cidade de Ribeirão das Neves. A gente tem que reconhecer isso, porque, desde esse momento, em 2014, quando eu estive na Cidade dos Meninos, a Andréia vem nessa luta. Ela trabalhava junto às escolas, e hoje nós temos uma escola de Ribeirão das Neves, escola municipal, dentro do nosso espaço, na Cidade dos Meninos. Lá temos três escolas estaduais e uma municipal. Hoje a gente atende aproximadamente 4 mil alunos de 4 meses de idade até 18 anos. Eu acho que já me redimi com o Tiago.

Vou ler um texto também, vou copiar da Andréia, porque achei chique “pra caramba” ficar lendo o que foi escrito para eu ler. (– Lê:) “Receber esta homenagem, em nome do Sistema Divina Providência e do fundador Jairo Azevedo, é uma honra que me deixa muito emocionada todas as vezes que essa missão é destinada a mim. Estou no terceiro setor há quase três décadas e posso afirmar que, a cada dia, o terceiro setor renova a minha fé na vida, nas pessoas e principalmente em Deus. Com mais de 50 anos, o Sistema Divina Providência tem como propósito a promoção da dignidade humana. Falhamos? Como falhamos! Mas é em cima dessas falhas que a gente vem buscando acertar. Essa missão, que nasceu em 1973, com a criação do Lar dos Meninos, foi só se expandindo. Hoje, o sistema é uma rede com 17 unidades espalhadas em 6 cidades que oferecem educação integral, lazer, esporte, cultura e assistência social para os mineiros de 0 a 100 anos. A gente costuma dizer muito, brincando... Copiei isso do seu Jairo, que fala que o público que a gente atende vai de mamando a caducando. Ele falava isso no interior. Então atendemos de bebês de 4 meses até idosos de 100 anos. Já tivemos um de 103 anos. Nessa brincadeira, sempre falo isso, porque, de alguma forma, isso deixa mais leve o trabalho de captar os recursos para manter essa obra, que é um valor aproximado, ou melhor, não é aproximado: são mais de R\$60.000.000,00 por ano para realizar todos esses atendimentos, que hoje passam dos vinte e dois mil atendimentos no mês, o que supera a população de mais de seiscentos municípios do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais tem 853 municípios, e a população que a gente atende supera a quantidade de mineiros de 600 municípios.

Somente no ano passado, servimos mais de três milhões de refeições. Entregamos mais de dezessete mil cestas básicas e emitimos mais de vinte e dois mil certificados de qualificação profissional. Cada um desses números representa vidas tocadas, famílias amparadas e sonhos que começaram a se tornar realidade. Esse impacto social do nosso trabalho aquece a economia. A renda potencial movimentada pelas nossas ações é estimada em, pelo menos, R\$100.000.000,00 por ano. Os números refletem nosso trabalho e nos movem à certeza de que cada programa e cada projeto que desenvolvemos fortalece a autonomia, a criatividade e o protagonismo de nossos alunos e beneficiários.

O reconhecimento que recebemos hoje, nesta Casa, a Casa do povo, reafirma que estamos no caminho certo, ao oferecer assistência e formar cidadãos plenos e conscientes do seu papel na sociedade. Seguramente esse trabalho é fruto de parceria com todos os setores, e precisamos cada vez mais do apoio do Legislativo mineiro para servir aos cidadãos serviços de qualidade e em quantidade. Estamos empenhados a colaborar ainda na elaboração e na execução de políticas públicas dos mandatos comprometidos com o bem comum e com o desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Ninguém deve ser deixado para trás, e o Estado precisa crescer sempre.

Aproveito para expressar publicamente a minha gratidão aos nossos funcionários, colaboradores, parceiros e voluntários. Todos que acreditam no valor da solidariedade e atuam pela transformação de vidas são importantes agentes de mudanças. São vocês

que transformam o nosso propósito na realidade concreta. Por tudo isso, entendo que esta homenagem não é apenas ao Sistema Divina Providência, mas a cada pessoa que acredita que a união é o caminho mais próspero para a dignidade humana.

Como mulher de fé, acredito firmemente que é na coletividade, na partilha e na esperança que encontramos forças e meios para seguir adiante. Portanto entendemos a celebração de hoje não como um ponto de chegada, mas sim como portas que se consolidam abertas pela viabilização intersetorial da justiça social. Contem conosco para fazer de Minas Gerais uma terra de oportunidades para todos. Muito obrigada”.

O locutor – Com a palavra, a deputada Andréia de Jesus, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite.

Palavras da Presidenta

(– Lê:) “Construir um mundo mais justo e inclusivo, a partir do compromisso de enfrentar os desafios da vulnerabilidade social e econômica: este vem sendo, há 52 anos, o objetivo do Sistema Divina Providência. Atuando sobretudo na capacitação profissional de jovens e melhorando a qualidade de vida dos seus familiares, a entidade é um louvável exemplo da responsabilidade social que leva à transformação da sociedade.

Composta por diversas entidades de cunho social, filantrópico, humanista e cultural, a associação tem, entre suas 17 obras assistenciais, a manutenção da Cidade dos Meninos, do Lar dos Meninos, do Lar dos Idosos e da Escola Técnica Divina Providência. Trata-se da iniciativa privada de maior sucesso em Minas Gerais em prol de pessoas carentes, o que é motivo suficiente para realizarmos esta homenagem. Esta nobre atividade, em benefício de milhares de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade, tem sido um instrumento de resgate da dignidade do ser humano em situação de carência ou de risco social.

As iniciativas do Sistema Divina Providência visam erradicar a pobreza e a fome, reduzir as desigualdades, promover a saúde, oferecer educação de qualidade e ações de treinamento profissional, alinhando-se, assim, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Além de lutar por uma vida sem fome, cuida da transformação social pela promoção do trabalho e da geração de renda, direcionando seus ex-alunos para o mercado profissional, aptos a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais reconhece o grande papel social do Sistema Divina Providência, desejando que, nos próximos 50 anos, a entidade continue a ser um farol para inspirar outras ações, como a que teve início em 1973, com o Lar dos Idosos São Vicente de Paulo. Muito obrigado”.

O locutor – Lembramos que, após o encerramento regimental, assistiremos a uma apresentação de dança dos alunos do Lar dos Meninos São Vicente de Paulo, unidade do Sistema Divina Providência.

Encerramento

A presidenta – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprindo o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os deputados e as deputadas para a ordinária da terça-feira, dia 9, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta se a reunião.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 20/8/2025

Às 14h15min, comparecem à reunião a deputada Andréia de Jesus e os deputados Professor Cleiton e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência comunica o recebimento de correspondência publicada no

Diário do Legislativo em 14/8/2025: três ofícios da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo e um ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.814/2025, no 1º turno (deputada Andréia de Jesus); 1.947/2024 e 3.872/2025, no 1º turno (deputada Lohanna); 3.780 e 3.907/2025, no 1º turno (deputado Mauro Tramonte); 3.803/2025, no 1º turno (deputado Oscar Teixeira); 3.796/2025, no 1º turno, e 3.857/2025, em turno único (deputado Professor Cleiton). O presidente designa a deputada Andréia de Jesus como relatora da visita ao Plug Minas – Centro de Formação e Experimentação Digital, ocorrida em 7/8/2025, em atenção ao Requerimento em Comissão nº 14.932/2025. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.267/2025, em 2º turno, na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Mauro Tramonte, em virtude de redistribuição); pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.597/2024, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Mauro Tramonte), e pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.235/2025, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Andréia de Jesus). A reunião é suspensa por tempo indeterminado. Os Projetos de Lei nºs 3.697, 3.767, 3.780 e 3.796/2025, constantes da 1ª Fase da Ordem do Dia, e os requerimentos constantes da 2ª Fase da Ordem do Dia deixam de ser apreciados em virtude de decurso de prazo regimental.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2025.

Professor Cleiton, presidente – Mauro Tramonte – Lohanna.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/8/2025

Às 14h12min, comparecem à reunião os deputados Professor Cleiton, Mauro Tramonte e Betão (substituindo a deputada Lohanna, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Hely Tarquínio e Bosco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A reunião é suspensa por tempo indeterminado. Os trabalhos da comissão são reabertos com a presença das deputadas Andréia de Jesus e Lohanna e dos deputados Professor Cleiton e Mauro Tramonte, membros da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 3.977/2025, no 1º turno (Andréia de Jesus); Projeto de Lei nº 3.980/2025, no 1º turno (Lohanna); Projeto de Lei nº 4.025/2025, no 1º turno (Mauro Tramonte); e Projetos de Lei nºs 4.034 e 4.067/2025, no 1º turno (Professor Cleiton). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.463/2025 (relatora: deputada Lohanna) e 3.695/2025 (relator: deputado Professor Cleiton) na forma dos respectivos vencidos no 1º turno; pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.697/2025 (relator: deputado Professor Cleiton); pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.767/2025 (relatora: deputada Andréia de Jesus) na forma do Substitutivo nº 1; pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.780/2025 (relator: deputado Mauro Tramonte) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.796/2025 (relator: deputado Professor Cleiton) na forma do Substitutivo nº 2; pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.642/2024 (relator: deputado Professor Cleiton) na forma do Substitutivo nº 3, todos em 1º turno. O Projeto de Lei nº 3.803/2025 é retirado de pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.857/2025, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs

12.917 e 12.973/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 16.146/2025, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Santa Luzia, para debater a valorização do Teatro de Curral de Taquaruçu de Baixo e sua relevância no fortalecimento da cultura local;

nº 16.188/2025, do deputado Luizinho, em que requer seja realizada audiência pública para debater sobre a capoeira e sua integração com as políticas públicas;

nº 16.201/2025, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com os organizadores da festa O Funeral da Porca, evento que anualmente impulsiona a cadeia produtiva da cultura e turismo do Município de Itaúna;

nº 16.246/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja realizada audiência pública para debater os motivos que levaram à suspensão da execução dos projetos previstos no Edital Pnab nº 11/2024, bem como para obter esclarecimentos e identificar as providências tomadas pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para solucionar a questão;

nº 16.341/2025, da deputada Maria Clara Marra e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja realizada visita ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI – para tratar de documentos da história do Estado que estão custodiados pelo Arquivo Nacional;

nº 16.429/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com as Sras. Graziela Maria da Silva, Vilma Fernandes da Rita, Neide Rezende de Andrade, Ana Paula Silva Andrade, Maria Aparecida dos Santos Oliveira, Gabriela Alves de Freitas, Anastácia Josiane Aparecida Lemos Reis, Dênya Vitória Lemos Leal, Eulália Oliveira Gonçalves, Isabel Antônia de Souza, Adriana Aparecida de Souza, Vanuza Cristina Borges Lima, Gláucia Aparecida Gonzaga, Edirlaine Januário Lisboa, Thayane Ingrid Ferreira Lisboa, Flávia da Silva Barboza, Elizabeth Maria Lisboa e Samara Lúcia Lopes Silva e com os Srs. Diorgenes de Souza Terra, Farley Lucas Cota Corrêa, Eder Souza Ramalho Rodrigues, Davidson Eugênio, Eliandro Crispim da Silva, Igor Tomaz Reis dos Santos, Maurílio Victor Silva Rabello, Guilherme Antônio de Souza, Anderson Antônio de Souza, Fábio Júnior Silva Barboza, Diorge Marcus da Silva, Richard Chaves Brandão, Charles Ferreira da Silva, Wanderson Noronha, Pablo Mateus Lino de Oliveira, Thalles Yuri de Jesus Silva, Sávio Geraldo Pereira da Silva, Udson Alves dos Santos, Leonardo Félix de Paula Mauro e Agenor José Alves dos Santos, em reconhecimento às suas inestimáveis contribuições para a preservação, valorização e transmissão da cultura afro-brasileira no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2025.

Leleco Pimentel, presidente.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/9/2025

Às 14h14min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Lohanna e os deputados Professor Cleiton, Mauro Tramonte e Doutor Jean Freire (substituindo a deputada Lohanna, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Fazenda (um ofício em 18/7/2025) e da Secretaria de Estado de

Infraestrutura e Mobilidade (um ofício em 22/8/2025). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.904/2024 (relatora: deputada Lohanna), 3.321/2025 (relator: deputado Mauro Tramonte) e 3.534/2025 (relator: deputado Professor Cleiton), na forma dos respectivos vencidos no 1º turno; pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.947/2024 (relatora: deputada Lohanna); pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.907/2025 (relator: deputado Mauro Tramonte) e 4.067/2025 (relator: deputado Professor Cleiton) na forma do Substitutivo nº 1. Os Projetos de Lei nºs 2.528/2024 e 3.803/2025 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 13.299/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 16.683/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com a empresa Salgados Irmãos & Cia Ltda. pelo centenário da produção artesanal da Manteiga Real de Varginha;

nº 16.686/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega do diploma referente ao voto de congratulações de que trata o Requerimento em Comissão nº 16.684/2025;

nº 16.691/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para a destinação de recursos específicos para a manutenção, revitalização e adaptação do espaço do teatro de curral de Taquaraçu de Baixo, situado na comunidade homônima, no Município de Santa Luzia, com a preservação de sua arquitetura original, bem como para a implementação de políticas de fomento às atividades culturais desenvolvidas nesse espaço;

nº 16.692/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que sejam desenvolvidas políticas de turismo sustentável no Município de Santa Luzia que incluam, entre seus roteiros, o teatro de curral da Comunidade de Taquaraçu de Baixo;

nº 16.693/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para apoiar ações de formação teatral e a realização oficinas nas escolas da região da Comunidade de Taquaraçu de Baixo, no Município de Santa Luzia, com vistas a assegurar que o patrimônio cultural material e imaterial relacionado ao teatro de curral dessa comunidade seja preservado e transmitido às novas gerações;

nº 16.694/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – e ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de providências para que o teatro de curral da Comunidade de Taquaraçu de Baixo, no Município de Santa Luzia, seja incluído no inventário estadual de bens culturais;

nº 16.695/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à secretária municipal de cultura de Santa Luzia pedido de informações sobre os valores e as ações destinados à revitalização do teatro de curral do Distrito de Taquaraçu de Baixo e às atividades culturais nele realizadas, indicando-se o cronograma de execução e a previsão de novos recursos e ações nos próximos anos;

nº 16.696/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Cultura pedido de providências para a criação de grupo de estudos composto por representantes desse ministério, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan –, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG –, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – e da Secretaria Municipal de Cultura de Santa Luzia, com a participação da comunidade, com o objetivo de estudar ações destinadas à manutenção e revitalização do teatro de curral de Taquaraçu de Baixo, localizado no distrito homônimo, em Santa Luzia, bem como para a promoção de atividades culturais nesse teatro, considerando a peculiaridade desse equipamento cultural, um dos únicos teatros rurais do mundo e o único no Brasil;

nº 16.721/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o projeto Samba do Arco, pela valorização da cultura popular, pela promoção da convivência comunitária e pela ocupação consciente do espaço público por meio do samba;

nº 16.722/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega dos diplomas referentes ao voto de congratulações com o projeto Samba do Arco pela valorização da cultura popular, pela promoção da convivência comunitária e pela ocupação consciente do espaço público por meio do samba;

nº 16.750/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer sejam encaminhadas à Editora Lisboa e aos autores e coautores de livros dessa editora as notas taquigráficas da 16ª Reunião Extraordinária da comissão;

nº 16.785/2025, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância do evento Funeral da Porca para o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo em Itaúna e para proceder à entrega dos diplomas referentes ao voto de congratulações com os organizadores do evento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2025.

Andréia de Jesus, presidenta – Luizinho.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/9/2025

Às 15h39min, comparecem à reunião as deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (três ofícios em 1º/8/2025); e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (um ofício em 1º/8/2025). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.797/2025, no 1º turno, do qual designou como relatora a deputada Andréia de Jesus. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Requerimento nº 13.057/2025 é retirado de pauta por deliberação da comissão, a requerimento da deputada Andréia de Jesus. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 12.991/2025. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.316/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 16.223/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao secretário Municipal de Saúde de Santana do Riacho, à diretora de Vigilância em Saúde Sanitária de Santana do Riacho, ao secretário Municipal de Saúde de Santa Luzia, à secretária Municipal de Saúde de Esmeraldas, ao secretário Municipal de Saúde de Itaúna, à secretária Municipal de Saúde de Francisco Sá, ao secretário Municipal de Saúde de Governador Valadares, ao gerente de Vigilância Sanitária de Governador Valadares, à secretária Municipal de Saúde de Bonfim, à secretária Municipal de Saúde de Caratinga, ao secretário Municipal de Saúde de Ipatinga, à secretária Municipal de Saúde de Uberaba, ao diretor de Vigilância em Saúde de Uberaba, à secretária Municipal de Saúde de Timóteo, ao encarregado da Vigilância Sanitária em Timóteo, à secretária Municipal de Saúde de Divinópolis, ao encarregado da Vigilância Sanitária em Divinópolis, ao secretário Municipal de Saúde de Juiz de Fora, ao encarregado da Vigilância Sanitária em Juiz de Fora, à secretária Municipal de Saúde de Itajubá, ao encarregado da Vigilância Sanitária em Itajubá, ao secretário

Municipal de Saúde de Tupaciguara, ao secretário Municipal de Saúde de Oliveira, à secretária Municipal de Saúde de João Pinheiro, ao secretário Municipal de Saúde de Contagem, ao superintendente de Vigilância em Saúde de Contagem, à secretária Municipal de Saúde de Jaboticatubas, ao secretário Municipal de Saúde de Jequitinhonha, ao secretário Municipal de Saúde de Pouso Alto, ao secretário Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, à secretária Municipal de Saúde de Mariana, à secretária Municipal de Saúde de Araguari, à secretária Municipal de Saúde e Assistência de Andradas, à subsecretária de Promoção e Vigilância à Saúde de Belo Horizonte, à diretora de Vigilância Sanitária de Belo Horizonte, à diretora do Departamento Municipal Saúde de Ritópolis e ao chefe do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária de Ritópolis pedido de informações sobre eventuais ações de fiscalização e inspeção realizadas nas comunidades terapêuticas localizadas nos referidos municípios, especificando-se, para cada estabelecimento, as condições de higiene, a situação da estrutura física e a forma de atendimento nessas comunidades, com explicações sobre possíveis ocorrências de práticas de utilização de mão de obra interna não remunerada; de coerção para que os internos solicitem doações de alimentos ou dinheiro junto à comunidade; de aplicação de punições ou castigos por transgressão de regras internas, incluindo castigos físicos, restrição ao uso de meios de comunicação e contenção medicamentosa; de submissão a situações constrangedoras ou humilhantes; de restrição de liberdade e ausência de termo de voluntariedade; de retenção de documentos pessoais; de asilamento ou institucionalização prolongada e indevida; de restrições ou impedimentos à visita de familiares e amigos, incluindo visitas monitoradas e revistas vexatórias; de violações ao direito de comunicação, como monitoramento de ligações e interceptação de correspondências; de proibição de relações íntimas, inclusive de relações homoafetivas; de existência de estruturas com grades e ambientes prisionais; de ausência de assistência adequada em saúde; de desrespeito à orientação sexual e à identidade de gênero; de imposição de credo religioso ou desrespeito à liberdade de crença; de presença de adolescentes, especialmente em convivência com adultos, e de presença de idosos debilitados ou pessoas com outros problemas de saúde mental;

nº 16.226/2025, das deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais – SRTE-MG – pedido de providências para a realização de mesas de diálogo em todo o Estado com vistas a possibilitar a participação direta dos profissionais de limpeza urbana, para que possam contribuir com propostas que proporcionem maior dignidade e melhores condições de segurança em seu trabalho;

nº 16.227/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados, ao presidente do Senado Federal, ao presidente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, às comissões das casas legislativas às quais tenham sido distribuídas as proposições que tratam da regulamentação do adicional de penosidade, ao Sr. Edson Fachin, ministro do Supremo Tribunal Federal – STF –, e ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – pedido de providências para que garantam a inclusão dos garis e dos profissionais da limpeza urbana na regulamentação do referido adicional de penosidade, em cumprimento da decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO – 74, inclusive sem prejuízo e com acumulação do adicional de insalubridade e de outros adicionais devidos, como forma de reconhecer os direitos fundamentais e garantir a dignidade dos trabalhadores desse serviço essencial à coletividade, com a devida celeridade que a questão requer;

nº 16.228/2025, das deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem sejam encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal – STF –, ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE –, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, à Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, ao Tribunal Regional do Trabalho – TRT – da 3ª Região, ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais – MPT-MG –, à Prefeitura de Belo Horizonte, à Superintendência de Limpeza Urbana – SLU – de Belo Horizonte e à Empresa Localix Serviços Ambientais as notas taquigráficas da 18ª Reunião Ordinária desta comissão, que teve por finalidade debater a violação de direitos humanos ocorrida no caso do Sr. Laudemir de Souza Fernandes, trabalhador da limpeza urbana que foi vítima de homicídio no dia 11/8/2025, em Belo Horizonte;

nº 16.229/2025, das deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado ao prefeito municipal de Belo Horizonte pedido de informações consubstanciadas em cópia integral do contrato firmado entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a empresa Localix Serviços Ambientais;

nº 16.230/2025, das deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – e à Superintendência de Limpeza Urbana – SLU – pedido de providências para acompanharem e fiscalizarem de forma rigorosa as condições de trabalho dos profissionais de limpeza urbana; garantirem o pagamento dos adicionais de periculosidade, penosidade e insalubridade a esses trabalhadores; e promoverem campanhas com medidas de conscientização da sociedade sobre a relevância e imprescindibilidade dos trabalhos realizados pelos profissionais de limpeza urbana e a importância do cuidado e respeito da população para com esses trabalhadores;

nº 16.231/2025, das deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado ao Sr. Marcelo Pertence, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – TRT3 –, e ao procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais – MPT-MG – pedido de providências para que adotem as medidas cabíveis visando a fiscalização dos termos do contrato de trabalho firmado entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a empresa Localix Serviços Ambientais no tocante à concessão dos adicionais de periculosidade, penosidade ou insalubridade a que fazem jus os trabalhadores da limpeza urbana, e para que fiscalizem, também, o cumprimento de todas as medidas relacionadas à saúde e à segurança no trabalho que devem ser garantidas a tais trabalhadores;

nº 16.242/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Ouvidoria-Geral do Estado – OGE-MG – pedido de providências para a inclusão do Município de Chapada do Norte no cronograma de ações da Ouvidoria Móvel;

nº 16.244/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Ouvidoria-Geral do Estado – OGE-MG – pedido de providências para a inclusão do Presídio Inspetor José Martinho Drumond, do Presídio Antônio Dutra Ladeira e da Penitenciária José Maria Alkimin no cronograma de ações da Ouvidoria Móvel, com atendimento presencial em Ribeirão das Neves, com a finalidade de ofertar escuta especializada às demandas apresentadas por servidores, pessoas privadas de liberdade e aos respectivos familiares, bem como de disponibilizar serviços para emissão de documentos básicos às pessoas privadas de liberdade, em articulação com os órgãos competentes;

nº 16.245/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita à Casa Esperança III, unidade de acolhimento de adolescentes em trajetória de vida nas ruas, localizada no Bairro São Salvador, em Belo Horizonte, para verificar as condições estruturais e de atendimento da referida unidade, que desempenha papel fundamental na assistência a adolescentes em situação de vulnerabilidade social;

nº 16.269/2025, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater as graves violações de direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no Município de Teófilo Otoni, durante a Parada do Orgulho LGBTQIAPN+;

nº 16.291/2025, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que apure as violações de direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no Município de Teófilo Otoni, durante a 4ª Parada do Orgulho LGBTQIAPN+, realizada em 23/8/2025, na qual se registrou disparo de artefato explosivo contra os presentes no evento, conforme consta no Reds nº 2025-039424560-001;

nº 16.292/2025, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário – CAO-DH – do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que acompanhe a apuração das violações de direitos da comunidade LGBTQIAPN+, no Município de Teófilo Otoni, durante a 4ª Parada do Orgulho LGBTQIAPN+, no dia 23/8/2025, quando foi registrado disparo de artefato explosivo contra os presentes no evento, conforme consta no Reds nº 2025-039424560-001;

nº 16.343/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – pedido de providências para que, na fase de planejamento e construção da Linha 2 do Metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, determine à concessionária Metrô BH que a Estação Barreiro seja implantada de forma paralela ao terminal de integração do transporte coletivo (Estação BHBUS Barreiro), de modo que o percurso dos usuários seja o menor possível e seja promovida uma maior integração intermodal que contribua para um aumento na demanda dessa linha do metrô, devendo essa medida ser adotada mesmo que o custo de implantação da estação do metrô do Barreiro seja maior do que o previsto no contrato de concessão firmado entre o Estado e a Metrô BH, visto que o empreendimento será uma infraestrutura pública perene e muito relevante para a população do Barreiro e de toda a RMBH;

nº 16.395/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário – CAO-DH – e à Polícia Civil de Minas Gerais, em Betim, pedido de providências para apurar a denúncia de agressões físicas praticadas contra uma pessoa presumivelmente em situação de rua, no Município de Betim, por seguranças privados do supermercado Super Luna, considerando que a Constituição Federal estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento da República (art. 1º, III), bem como a prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II), impondo ao Estado e à sociedade o dever de coibir práticas degradantes e discriminatórias;

nº 16.396/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen-MG – pedido de providências para apurar a situação das transferências de detentos do Presídio José Martim Drumond, em Ribeirão das Neves, para a Penitenciária Jason Albergaria, em São Joaquim de Bicas, uma vez que foram relatadas transferências sem a devida observância dos critérios de proteção e respeito à identidade de gênero e orientação sexual da população LGBTQIAPN+, conforme protocolos nacionais e internacionais de direitos humanos;

nº 16.397/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada visita ao Hospital Infantil João Paulo II, em Belo Horizonte, para verificar a situação da unidade, suas condições de atendimento e a veracidade das informações sobre seu fechamento, medida que poderá resultar em sobrecarga ainda maior do Hospital de Pronto-Socorro João XXIII, comprometendo a eficiência da rede pública e afrontando princípios fundamentais dos direitos humanos, como a dignidade da pessoa humana, a proteção integral da infância e o acesso universal e igualitário à saúde, previstos na Constituição Federal e em tratados internacionais;

nº 16.400/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ameaça de despejo das famílias do Acampamento Santa Fé, em Presidente Olegário;

nº 16.401/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário – CAO-DH –, à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – em Belo Horizonte e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para investigação e apuração dos fatos ocorridos durante a 4ª Parada LGBTQIAPN+ de Teófilo Otoni, realizada em 23/8/2025, quando foi registrada grave violação dos direitos humanos da população LGBTQIAPN+ por meio da explosão de artefato no local do evento; e para que sejam adotadas ações imediatas para reforçar a segurança em eventos públicos voltados a essa população, de forma a prevenir novos episódios de violência e condutas de ódio semelhantes e garantir a efetividade dos direitos humanos;

nº 16.402/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fechamento do Hospital Infantil João Paulo II, medida que poderá resultar em sobrecarga ainda maior ao Hospital de Pronto-Socorro João XXIII, com graves consequências para o direito à saúde e aos princípios fundamentais dos direitos humanos;

nº 16.403/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário – CAO-DH – e à Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para apurar denúncia pública divulgada em redes sociais sobre ação policial ocorrida no Município de Passos, em que um jovem de 21 anos ficou ferido durante perseguição e abordagem registradas em vídeo, cujas imagens apontam indícios de uso desproporcional da força e possível abuso de autoridade, em afronta à Constituição Federal, que consagra a dignidade humana como fundamento da República e assegura a todos o direito à vida, à integridade física e moral e a proteção contra práticas arbitrárias ou discriminatórias;

nº 16.404/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário – CAO-DH –, à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – em Belo Horizonte e à Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas pedido de providências para apurar a grave notícia de que, na manhã de 26/8/2025, uma mulher trans foi encontrada morta em frente à Câmara Municipal de Pará de Minas, em circunstâncias que demandam imediata investigação e responsabilização dos autores, diante de indícios de negligência no atendimento prestado em Unidade de Pronto Atendimento – UPA –, destacando-se que a morte violenta de pessoas LGBTQIAPN+, em especial de mulheres trans, configura grave violação de direitos humanos e íntegra a alarmante estatística nacional de transfeminicídios;

nº 16.451/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional Sudeste II do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS –, em Belo Horizonte, pedido de providências para a instalação do serviço de perícia médica na agência do INSS de Brumadinho, tendo em vista a condição de vulnerabilidade social da população local, agravada pelo rompimento da barragem de Córrego do Feijão; a necessidade de garantir acesso célere e efetivo à Previdência Social para os segurados que dependem de diagnóstico médico oficial; e a urgência de assegurar que os direitos previdenciários sejam concretizados sem deslocamentos excessivos e onerosos;

nº 16.475/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – e à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências para a apuração de denúncia de intolerância religiosa ocorrida em 22/8/2025, na casa de candomblé Ilê Asé Omin Oya Izo, situada no Bairro Neviana, em Ribeirão das Neves, que teve seu altar incendiado, conforme registrado no Reds nº 2025-039021400-001;

nº 16.673/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja realizada apuração rigorosa e célere do caso de agressão sofrida pelo Sr. Pedro Carvalhaes, jornalista, em restaurante de Belo Horizonte, amplamente noticiado pela imprensa, destacando-se, conforme relato da vítima, que a violência teve motivação política e configurou ataque à liberdade de expressão, valores fundamentais do Estado Democrático de Direito;

nº 16.677/2025, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao Sr. Pedro Carvalhaes, jornalista, vítima de agressão em restaurante de Belo Horizonte em razão de utilizar camiseta com a imagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, episódio grave e inaceitável por representar violência motivada por intolerância política e afrontar os valores democráticos, a convivência pacífica e o direito à livre expressão de ideias e posicionamentos;

nº 16.700/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para entrega do diploma referente ao voto de congratulações formulado em atenção ao Requerimento nº 13.527/2025;

nº 16.707/2025, das deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH –, à Superintendência de Limpeza Urbana – SLU – em Belo Horizonte, à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais – SRTE-MG –, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de

providências para que, de forma articulada com os municípios, sejam promovidos estudos que viabilizem adequações nos veículos coletores de resíduos sólidos, com vistas a garantir maior segurança e conforto aos profissionais de limpeza urbana, considerando o elevado risco a que estão cotidianamente submetidos no exercício da profissão, a exemplo de quedas, atropelamentos e lesões musculoesqueléticas decorrentes de excesso de esforço;

nº 16.718/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater os direitos individuais e coletivos das famílias que compõem o cadastro do Minha Casa Minha Vida Entidades para o Residencial Manoel Aleixo e Vicentão, em Sabará;

nº 16.720/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para a instalação de medidores individualizados de água nos Conjuntos Icaívera I e II, em Contagem, e para o fornecimento emergencial de água a esse conjunto habitacional;

nº 16.740/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência de convidados, com a presença do secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias para debater os projetos e as alternativas para a implementação da Linha 2 do metrô de Belo Horizonte e seu impacto sobre direitos individuais e coletivos da população, mediante apresentação, pelo secretário, dos referidos projetos e alternativas, em especial dos estudos de viabilidade técnica relativos à via singela ou dupla, bem como o balanço, as operações e o saldo da conta dos recursos vinculados ao projeto;

nº 16.745/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o orçamento de 2026 do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM – para inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual – Ploa – 2026, com apresentação pelo governo dos estudos da estimativa de receita do fundo e sua proposta de alocação;

nº 16.759/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre o montante, o método da cobrança de eventuais multas e juros e a origem da dívida existente na matrícula principal, de nº 139832351, do conjunto do Minha Casa, Minha Vida, assim como as demais dívidas do Residencial Granada, localizado na Rua Maria Guerzoni Fernandes, nº 210, Bairro Vista do Sol (Acaiaca), em Belo Horizonte;

nº 16.760/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulado voto de congratulações com as Sras. Miracy Barbosa de Sousa Gustin, Maria Fernanda Salcedo Repolês, Marcella Furtado de Magalhães Gomes, Sielen Barreto Caldas de Vilhena, Maria Tereza Fonseca Dias, Fernanda de Lazari, Camila Silva Nicácio, Feliciano Augusta Marques Correia de Freitas Figueiredo e Egidia Maria de Almeida Aiexe e os Srs. Fernando Antônio de Melo, Menelick de Carvalho Netto, André Luiz Freitas Dias, Márcio Túlio Viana, Antônio Eduardo Silva Nicácio e Cristiano Pereira da Silva pelos 30 anos de existência do Programa Transdisciplinar e Interinstitucional de Extensão, Ensino e Pesquisa Social Aplicada da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, voltado para a efetivação dos direitos humanos de pessoas, famílias e comunidades vulnerabilizadas e em trajetória de risco social e ambiental e a construção de conhecimento a partir do diálogo entre os diferentes saberes;

nº 16.761/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para a entrega de voto de congratulações ao Polos de Cidadania, programa transdisciplinar e interinstitucional de extensão, ensino e pesquisa social aplicada, criado em 1995, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, voltado à efetivação dos direitos humanos de pessoas, famílias e comunidades vulnerabilizadas e em trajetória de risco social e ambiental, bem como à construção de conhecimento a partir do diálogo entre os diferentes saberes;

nº 16.762/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater os direitos individuais e coletivos dos moradores dos conjuntos habitacionais oriundos do programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, entre os quais se incluem os Residenciais Icaívera, Hematita, Granada e Águas Marinhas;

nº 16.763/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater as violações de direitos humanos no âmbito da política de assistência social, tendo em vista a necessidade de combate ao assédio moral nessa área;

nº 16.764/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura e à Secretaria Municipal de Saúde de Sabará pedido de providências para averiguar as denúncias recebidas relativas a perseguição e impedimento da realização de culto religioso envolvendo o uso ritualístico da *ayahuasca* pelo Instituto Primeira Semente, na Rua Paracatu, Bairro Arraial Velho, no Município de Sabará;

nº 16.765/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará e à Secretaria Municipal de Educação de Sabará pedido de providências para averiguação do grave episódio ocorrido na Escola Municipal Castanheiras, envolvendo a criança J. N. C., vítima de racismo e de violência física no ambiente escolar, o que ofende os princípios da dignidade humana, da igualdade racial e da proteção integral da infância e da adolescência;

nº 16.766/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a Ação 4437 – Apoio à Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico, do Programa 141 – Políticas sobre Drogas, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, indicando-se as instituições que receberam os recursos previstos nessa ação, o valor a elas destinado e os instrumentos jurídicos utilizados para a transferência desses recursos, discriminados ano a ano, de janeiro de 2024 até setembro de 2025, bem como a previsão de repasses futuros;

nº 16.767/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que averigue, com urgência, a situação de grave superlotação e de déficit de servidores técnicos e de segurança da Penitenciária Nelson Hungria, localizada no Bairro Nova Contagem, no Município de Contagem, visando à recomposição do quadro de pessoal e à garantia de condições mínimas de segurança e respeito aos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade e dos servidores dessa penitenciária;

nº 16.770/2025, da deputada Bella Gonçalves e da deputada Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado ao comando-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que adotem procedimentos garantidores de direitos humanos e fundamentais da população em todos os casos de condução policial, sem distinção e preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, classe social e quaisquer outras formas de discriminação, considerando a discrepância entre o tratamento dispensado ao empresário Renê da Silva Nogueira Júnior, réu confesso por assassinar a sangue frio o gari Laudemir de Souza, durante sua prisão e condução pelas forças policiais, e aquele dispensado ao restante da população, especialmente negra e periférica, que tem seus direitos cotidianamente violados quando conduzidos pelas forças policiais em casos semelhantes;

nº 16.771/2025, da deputada Bella Gonçalves e da deputada Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada visita ao Bairro Vitória, no Município de Belo Horizonte, para verificar possíveis violações de direitos humanos relacionadas aos entraves na construção de moradias populares no local;

nº 16.772/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz – em Minas Gerais pedido de providências para apresentar os resultados dos estudos realizados sobre a saúde da população do Povoado do Tejuco e da Comunidade Quilombola Família Sanhudo, no Município de Brumadinho, a essas comunidades e realizar novos estudos, com recortes de raça, sobre a saúde física, mental e espiritual daquela comunidade; e seja encaminhado ao referido órgão relatório da visita realizada pela Comissão de Direitos Humanos em 18/8/2025 à sede da Associação Quilombola de Defesa Ecológica do Pico Três Irmãos, localizada no Povoado do Tejuco, no Município de Brumadinho, para averiguar as violações de direitos humanos da Comunidade Quilombola Família Sanhudo e buscar formas de efetivar direitos socioambientais em seu território para garantir condições de vida dignas para a comunidade;

nº 16.773/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Brumadinho pedido de informações sobre as estratégias e ações previstas para a inclusão do Povoado do Tejuco e da Comunidade Quilombola Família Sanhudo na política de desenvolvimento sustentável quilombola do município, sobretudo considerando a obtenção da certificação da Fundação Cultural Palmares e o processo em curso de regularização fundiária do território junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra; e seja encaminhado à referida prefeitura o relatório da visita realizada pela Comissão de Direitos Humanos em 18/8/2025 à sede da Associação Quilombola de Defesa Ecológica do Pico Três Irmãos, localizada no Povoado do Tejuco, no Município de Brumadinho, para averiguar as violações de direitos humanos da Comunidade Quilombola Família Sanhudo e buscar formas de efetivar direitos socioambientais em seu território para garantir condições de vida dignas para a comunidade;

nº 16.774/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público e ao Conselho Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais pedido de providências para que sejam revistas, no âmbito dos termos, aditivos e ações pactuados para a reparação dos danos decorrentes do rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão, de propriedade da Vale S.A., em 25/1/2019, em Brumadinho, as iniciativas relativas à Praça Ambiental, no povoado do Tejuco, de modo a promover a consulta livre, prévia e informada, conforme definido pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT –, junto às pessoas daquela comunidade e do povo quilombola Família Sanhudo, e lhes sejam garantidos e preservados os espaços de convivência, a tradição e o patrimônio imaterial e cultural e sejam contempladas ações de reparação da Igreja Nossa Senhora das Mercês; e seja encaminhado a esses órgãos o relatório da visita realizada pela comissão à sede da Associação Quilombola de Defesa Ecológica do Pico Três Irmãos, localizada no povoado do Tejuco, no Município de Brumadinho, em 18/8/2025, para averiguar as violações de direitos humanos do povo quilombola Família Sanhudo e buscar formas de efetivar direitos socioambientais em seu território, garantindo condições de vida dignas para a comunidade;

nº 16.775/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH –, ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ –, ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP –, à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, ao Conselho Superior da DPMG, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, à Prefeitura Municipal de Brumadinho, à Prefeitura Municipal de Caetanópolis, à Prefeitura Municipal de Paraopeba, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, à Agência Peixe Vivo, ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, à Vale S/A e à Aecom do Brasil pedido de providências para que sejam revistos e modificados o termo de compromisso firmado em 8/7/2019 (TC Água) e seu sexto aditivo, tendo os destinatários deste requerimento como signatários, de modo a incluir a autogestão das águas pela população da Comunidade Quilombola Família Sanhudo e do Povoado do Tejuco, compreendendo a recuperação e proteção de todas as nascentes e reservatórios naturais de água mapeados na região, a substituição urgente da tubulação atualmente contaminada utilizada para captação e distribuição de água e a retomada do uso próprio de sua caixa-d'água; e seja enviado aos referidos destinatários o relatório da visita realizada pela Comissão de Direitos Humanos em 18/8/2025 à sede da Associação Quilombola de Defesa Ecológica do Pico Três Irmãos, localizada no Povoado do Tejuco, no Município de Brumadinho;

nº 16.776/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça, ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre as datas programadas para início e conclusão das obras previstas no termo de compromisso firmado em 8/7/2019 (TC Água) e seu sexto aditivo para a troca da tubulação que distribui água para o Povoado do Tejuco, no Município de Brumadinho; e seja encaminhado aos referidos destinatários o relatório da visita realizada pela Comissão de Direitos Humanos em 18/8/2025 à sede da Associação Quilombola de Defesa Ecológica do Pico Três Irmãos, localizada no Povoado do Tejuco, no Município de Brumadinho,

para averiguar as violações de direitos humanos da Comunidade Quilombola Família Sanhudo e buscar formas de efetivar direitos socioambientais em seu território para garantir condições de vida dignas para a comunidade;

nº 16.777/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao CEO da Vale S/A pedido de informações sobre as datas programadas para o início e para a conclusão das obras previstas no termo de compromisso firmado em 8/7/2019 (TC Água) e seu sexto aditivo, referentes à substituição da tubulação de distribuição de água para o Povoado do Tejuco, inutilizada desde dezembro de 2020 em razão da contaminação decorrente do despejo de terra e rejeitos minerais durante a manutenção das caixas de contenção situadas nas proximidades do Reservatório e da Nascente da Matinha, às margens da estrada sem pavimentação que conecta o referido povoado à Mina Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho; e que seja enviado ao referido destinatário o relatório da visita realizada pela Comissão de Direitos Humanos, em 18/8/2025, à sede da Associação Quilombola de Defesa Ecológica do Pico Três Irmãos, no Povoado do Tejuco, Município de Brumadinho, a qual teve por finalidade averiguar violações de direitos humanos da Comunidade Quilombola Família Sanhudo e identificar medidas para a efetivação de direitos socioambientais em seu território, com vistas a garantir condições dignas de vida para a comunidade;

nº 16.778/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Brumadinho, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de providências para que sejam revistos os processos de licenciamento de atividades relacionadas à mineração no Povoado do Tejuco, no Município de Brumadinho, e sejam suspensos aqueles que não apresentaram estudos sobre o componente quilombola nem consulta livre, prévia e informada – CLPI –, conforme previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT –, assegurando que esses procedimentos sejam devidamente realizados para a reavaliação desses licenciamentos; e seja encaminhado a esses órgãos o relatório da visita realizada pela comissão à sede da Associação Quilombola de Defesa Ecológica do Pico Três Irmãos, localizada no Povoado do Tejuco, no Município de Brumadinho, em 18/8/2025, para averiguar as violações de direitos humanos da Comunidade Quilombola Família Sanhudo e buscar formas de efetivar direitos socioambientais em seu território, garantindo condições de vida dignas para a comunidade;

nº 16.779/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – em Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Associação Quilombola de Defesa Ecológica do Pico Três Irmãos o relatório da visita realizada pela comissão à sede da Associação Quilombola de Defesa Ecológica do Pico Três Irmãos, localizada no Povoado do Tejuco, no Município de Brumadinho, em 18/8/2025, para averiguar as violações de direitos humanos da Comunidade Quilombola Família Sanhudo e buscar formas de efetivar direitos socioambientais em seu território, garantindo condições de vida dignas para a comunidade;

nº 16.780/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Fundação Cultural Palmares pedido de providências para que sejam envidados esforços para a inclusão formal da fundação nos processos, judiciais e extrajudiciais, hoje em curso que envolvam a Comunidade Quilombola Família Sanhudo e para que acompanhe, formalmente, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra –, o andamento do processo de regularização do território dessa comunidade; e seja encaminhado a essa fundação o relatório da visita realizada pela comissão à sede da Associação Quilombola de Defesa Ecológica do Pico Três Irmãos, localizada no Povoado do Tejuco, no Município de Brumadinho, em 18/8/2025, para averiguar as violações de direitos humanos da Comunidade Quilombola Família Sanhudo e buscar formas de efetivar direitos socioambientais em seu território, garantindo condições de vida dignas para a comunidade;

nº 16.781/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações consubstanciadas em documento contendo a matriz de parâmetros utilizada para a categorização dos empreendimentos minerários, a fim de se definir qual é a modalidade de licenciamento cabível para as atividades minerárias no Estado, com especificação dos critérios empregados para a definição dos empreendimentos que devem passar por

processos mais ou menos complexos, ou simplificados, e dos critérios utilizados para a definição do potencial de impacto das atividades – se alto, médio ou baixo –, detalhando-se também as situações nas quais o Estado pode delegar a competência para licenciar a municípios e os indicadores ou referências utilizados a fim de se decidir se os municípios têm estrutura para tal; e seja encaminhado o relatório da visita realizada pela comissão, em 18/8/2025, à sede da Associação Quilombola de Defesa Ecológica do Pico Três Irmãos, localizada no Povoado do Tejuco, no Município de Brumadinho, para averiguar as violações de direitos humanos da Comunidade Quilombola Família Sanhudo e buscar formas de efetivar direitos socioambientais em seu território, para garantir condições de vida dignas para a comunidade;

nº 16.786/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada visita à unidade de pronto atendimento – UPA – localizada na Rua Doutor Olavo Vilaça, à Secretaria Municipal de Saúde e à Delegacia Regional de Polícia Civil, no Município de Pará de Minas, para verificar a assistência e os serviços públicos prestados especificamente à população LGBT naquela cidade;

nº 16.788/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada visita à área conhecida como Paraíso, localizada nas proximidades da represa Três Marias, no Município de Felixlândia, com vistas a verificar possíveis violações de direitos humanos ocorridas em 3/9/2025, quando imóveis construídos há cerca de quarenta anos foram demolidos, aparentemente em cumprimento de ordem de despejo, sem que tenha sido observado o devido processo legal.

Em seguida, são aprovados relatórios de visitas à Comunidade Quilombola Família Sanhudo, no Município de Brumadinho, realizada em 18/8/2025, e ao pátio da empresa MRS Logística em Belo Horizonte, realizada em 21/8/2025. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião a ouvir a Sra. Nayara Lopes de Freitas, psicóloga; e os Srs. Thiago Henrique Oliveira Jardim, professor formado pela Uemg e mestrando da Ufop, e José Maria Batista Júnior, professor. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2025.

Betão, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/9/2025, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 3.016/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as políticas públicas existentes no Estado que estão disponíveis para o atendimento prioritário e específico de mulheres negras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.021/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os serviços de saúde mental disponíveis para o atendimento específico e prioritário de mulheres negras, detalhando-se os locais onde eles são prestados e os atendimentos realizados nos últimos quatro anos, discriminados ano a ano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.137/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre a linha de cuidado das pessoas acometidas pela hanseníase nas Casas de Saúde Santa Izabel, Santa Fé, São Francisco de Assis e Padre Damião, com os detalhes que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.462/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os critérios utilizados pela Superintendência de Gestão de Vagas para o remanejamento de indivíduos privados de liberdade no âmbito do sistema prisional do Município de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.119/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o derramamento de óleo na Represa de Três Marias, ocorrido em 1º/10/2023, com acionamento da sirene por volta das 13 horas, consubstanciadas em estudo para averiguar as responsabilidades sobre esse sinistro e sobre a morte de espécies de peixes e outros animais ligada aos altos decibéis da sirene, conforme relatado na 12ª Reunião Extraordinária da comissão, em 2/10/2023. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.127/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre a situação do projeto executivo para a pavimentação da Rodovia MG-214 e da Rodovia MG-211, com detalhamento do cronograma que está em elaboração. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.498/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre a forma como será aplicado e executado o montante de R\$5.800.000.000,00 no Triângulo Mineiro, com vistas a melhorar a trafegabilidade na região, conforme anúncio da secretaria de que é titular, amplamente divulgado pelos meios de comunicação em 9/9/2023; e sobre o motivo do aumento das tarifas das praças de pedágio de responsabilidade da EPR Triângulo, tendo em vista que, em agosto de 2023, foi anunciado o valor de R\$11,48, posteriormente alterado para R\$12,70. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.070/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas na relação dos municípios que não receberão a segunda parcela de recursos referentes ao Plano Estadual de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses – PEC-Arbo –, aprovado pela Deliberação CIB-SUS-MG nº 4.414, de 18 de outubro de 2023, com foco em dengue, *chikungunya*, *zika* e febre amarela, relativamente ao período de dezembro de 2023 a novembro de 2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.074/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a gestão e o monitoramento estadual da aplicação de defensivos UBV nos municípios (fumacê), com o detalhamento e o mapeamento do número de carros nos municípios, o diagnóstico da funcionalidade e efetividade de nebulizadores costais motorizados nos municípios e a relação dos investimentos realizados pelo governo do Estado, diferenciando-se os recursos oriundos do Tesouro Estadual dos decorrentes de repasses federais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.075/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a atuação das superintendências regionais de saúde na fiscalização e aplicação dos planos de contingência para enfrentamento das arboviroses nos municípios e sobre as ações de apoio da secretaria de que é titular aos municípios, em casos de falta de insumos, esclarecendo-se se há algum projeto de integração dos bancos de dados relativos ao controle de arboviroses no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.849/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre a identificação exata dos trechos da Rodovia BR-367 sob sua jurisdição. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.854/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre a existência de permissão para tráfego de caminhões tritrens em rodovias não pavimentadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.620/2024, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações sobre a estrutura existente para combate a incêndios florestais nas diversas regiões do Estado e as demandas de efetivo e equipamentos necessários para a garantia de condições aceitáveis de atuação da corporação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.878/2024, da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de pacientes diagnosticados com mesotelioma pleural no Estado; os municípios com maior índice da doença; os critérios estabelecidos para o seu diagnóstico; e o tipo de qualificação exigida dos profissionais de saúde que atendem aos pacientes diagnosticados com essa doença. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.059/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações consubstanciadas em documento que contenha o cronograma detalhado das obras atualmente em andamento e das previstas pela Cemig, com a especificação das datas de início e conclusão, além de eventuais alterações no planejamento originalmente estabelecido; as informações sobre os atrasos ocorridos em obras programadas nos últimos cinco anos, incluída a indicação dos motivos que os ocasionaram e as medidas adotadas para regularizar esses atrasos; a discriminação dos investimentos realizados pela Cemig, nos últimos cinco anos, por município e tipo de obra, com a indicação das fontes de financiamento e da destinação dos recursos empregados; a relação das obras de reforço de rede, aumento de carga e construção de subestações, incluída a localização das intervenções, os objetivos e os prazos de execução estabelecidos para cada uma dessas obras; a apresentação dos índices de continuidade do serviço (DEC e FEC) nos últimos cinco anos, especificados por conjunto de unidades consumidoras; e as medidas adotadas para a melhoria contínua da qualidade do fornecimento de energia no Estado, com ênfase nos planos de modernização, expansão e manutenção da rede elétrica, com vistas a dar mais transparência ao planejamento e à execução dos investimentos e à prestação de serviços. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.583/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab – pedido de informações sobre o volume de investimentos da Cohab, especificando-se o número de unidades habitacionais entregues e em construção e os municípios contemplados e detalhando-se a execução financeira do Fundo

Estadual de Habitação – FEH – e das dotações orçamentárias dos programas e ações do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – no setor habitacional nos últimos dois anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.628/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a possibilidade de implementação de ações específicas para atender as comunidades rurais, garantindo o acesso facilitado aos serviços oferecidos, com foco na expansão da infraestrutura de distribuição de energia elétrica e na melhoria no atendimento ao cliente nessas regiões. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.630/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a existência de um sistema de acompanhamento em tempo real de quedas de energia na rede de distribuição e de processos e planos de melhoria voltados para a manutenção e o suporte nesses casos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.632/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a existência de planos ou projetos voltados para a desburocratização do processo de implementação de energia solar individual, com o objetivo de facilitar o acesso e a adoção dessa tecnologia pelos consumidores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.715/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de atendimentos realizados por mês, em 2024 e 2025, pelos serviços especializados de reabilitação da deficiência intelectual – Serdi – no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.717/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a atuação dos centros de referência em educação especial inclusiva – Creis –, consubstanciadas em documento em que se especifiquem o número desses centros em funcionamento em cada regional do Estado, as atividades desenvolvidas por eles e o número de profissionais formados desde a sua implementação, por regional; e no cronograma de formação dos Creis e das superintendências regionais de ensino – SREs – para o ano de 2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.718/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a oferta de transporte escolar para conduzir os estudantes com deficiência para as salas de recursos, indicando-se o quantitativo de transporte escolar disponibilizado pelo Estado para esse fim. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.134/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG – pedido de informações sobre as principais irregularidades, identificadas no ano de 2024, que prejudicaram os consumidores, especificando-se os setores da economia afetados e os dados demográficos dos consumidores lesados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.180/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda, à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o edifício da antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – Dops-MG –, prédio tombado e já designado para ser a sede do Memorial de Direitos Humanos Casa da Liberdade, em Belo Horizonte, conforme projeto lançado em 2018 pelo governo do Estado, em observância à Lei nº 13.448, de 2000, detalhando-se o orçamento previsto e a despesa realizada, desde janeiro de 2020, na manutenção desse equipamento público e nas ações destinadas à instalação do memorial. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.257/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas na relação de todos os terrenos e imóveis de propriedade do Estado que se encontram vazios ou ociosos, discriminados por município, com a especificação de sua classificação como urbanos ou rurais e com seus respectivos valores de mercado, conforme avaliação mais recente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.677/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de informações sobre ações judiciais promovidas por consumidores contra operadoras de planos de saúde no Estado, com dados detalhados por comarca, natureza das demandas, pedidos mais recorrentes, frequência de concessão de medidas liminares e decisões de mérito, bem como quaisquer dados estatísticos que contribuam para o entendimento da magnitude e dos padrões desses litígios e que possam subsidiar eventuais deliberações internas ou encaminhamentos do tribunal para formulação de políticas públicas voltadas ao amparo dos consumidores que, diante de negativas de cobertura e outros obstáculos contratuais, têm recorrido à via judicial para assegurar o direito à saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.106/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os projetos atualmente beneficiados por meio do incentivo fiscal à cultura, detalhando-se os nomes desses projetos, os números dos certificados de autorização, os municípios de realização, os nomes dos proponentes, os nomes dos incentivadores, os dados referentes à data de entrada dos pedidos de homologação, a data das homologações pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – e a situação atual dos projetos no sistema; e sobre a contrapartida ao Fundo Estadual de Cultura, detalhando-se os valores das contrapartidas estabelecidas para cada projeto, bem como os critérios utilizados para definição das contrapartidas no momento da emissão da declaração de incentivo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.197/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o contingente de pessoal dedicado à cultura e o contingente dedicado ao turismo, a fim de avaliar se a estrutura atual da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – está adequada às necessidades de cada uma dessas áreas, e sobre a previsão de novo concurso público para atender essas necessidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.299/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e ao superintendente regional de ensino de Montes Claros pedido de informações sobre o critério de distribuição de estudantes que necessitam de profissional de apoio em sala de aula, esclarecendo-se se tem havido inclusão desses estudantes e acompanhamento escolar especializado para eles. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 13.280/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações consubstanciadas em relatório detalhado dos cortes de gastos na área de segurança pública, realizados em decorrência do contingenciamento de despesas instaurado pelo Decreto nº 49.025, de 19 de abril de 2025, bem como dos valores despendidos pelos referidos órgãos, mês a mês, com cada um dos itens e setores afetados, considerado o período de 12 meses anteriores à edição da norma citada e os meses subsequentes ao início do contingenciamento, detalhando-se as razões que justificaram as escolhas dos itens e dos setores impactados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.351/2025, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre os critérios e requisitos técnicos e jurídicos adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga para o direito de uso de recursos hídricos e para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários que envolvem dutoviários que utilizam água dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores, que compõem o Sistema Paraopeba, com os detalhamentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.352/2025, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à secretária Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os critérios e requisitos técnicos e jurídicos adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga para o direito de uso de recursos hídricos e para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários que envolvem dutoviários que utilizam água dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores, que compõem o Sistema Paraopeba, com os detalhamentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.353/2025, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações sobre os critérios e requisitos técnicos e jurídicos adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga para o direito de uso de recursos hídricos e para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários que envolvem dutoviários que utilizam água dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores, que compõem o Sistema Paraopeba, especificando-se o estágio de cada um dos processos em análise, nesse órgão, que visem à concessão de outorga para utilização de recursos hídricos desse sistema envolvendo minerodutos no Estado; as projeções atualizadas de disponibilidade hídrica do Sistema Paraopeba, especialmente diante de cenários críticos de estiagem, como os registrados entre 2014-2015 e entre 2017-2020; a avaliação dos impactos potenciais decorrentes de novos usos industriais de grande porte sobre esse sistema; os acidentes ambientais envolvendo minerodutos ocorridos no Estado e suas respectivas consequências; a possibilidade de estimar potenciais impactos ambientais e sociais para a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – na hipótese de ocorrência de vazamentos em minerodutos instalados que utilizem os sistemas hídricos do Paraopeba; e sejam enviados a esta Casa estudos ou conclusões técnicas já elaborados sobre viabilidade hídrica e dos impactos ambientais relacionados a empreendimentos minerários que utilizem minerodutos na região, incluindo riscos de acidentes, contaminação de mananciais e possíveis efeitos sobre o abastecimento público, bem como sobre a existência de algum modelo de mineroduto considerado 100% seguro, utilizado por mineradoras no transporte de minério, de modo a garantir a inexistência de vazamentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 9/9/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.152/2021, da deputada Beatriz Cerqueira; e 1.858/2023, da deputada Marli Ribeiro e dos deputados Dr. Maurício e Raul Belém.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.934/2025, do deputado Dr. Maurício; e Requerimentos nºs 13.469 e 13.470/2025, da Comissão de Participação Popular; 13.492 e 13.493/2025, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; e 13.529/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DA HABITAÇÃO E DA REFORMA URBANA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 9/9/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 9/9/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.946/2025, do deputado Professor Wendel Mesquita.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.070/2021, do deputado Thiago Cota; 364/2023, do deputado Marquinho Lemos; 1.902/2023, do deputado Rodrigo Lopes; 2.312/2024, do deputado Roberto Andrade; e 2.503/2024, do deputado Rodrigo Lopes.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.903/2021, do deputado Coronel Henrique; 2.516/2024, do deputado Grego da Fundação; 2.778/2024, do deputado Eduardo Azevedo; 3.087/2024, da deputada Marli Ribeiro; 3.741/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Leninha e Lohanna.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 13.417/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes; 13.455/2025, da Comissão de Segurança Pública; e 13.478/2025, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 9/9/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 2.979/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier; e 13.486/2025, da deputada Leninha e outras.
Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 9/9/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.438/2023, do deputado Raul Belém.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.074/2024, do deputado Eduardo Azevedo; e 3.910/2025, da deputada Carol Caram.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 13.063/2025, do deputado Lincoln Drumond; e 13.283/2025, da deputada Andréia de Jesus.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 9/9/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.568/2023, do deputado Dr. Maurício; 3.647/2025, do deputado Roberto Andrade; 3.724 e 3.891/2025, do deputado Duarte Bechir; e 4.071/2025, do deputado João Magalhães.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 13.300/2025, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 9/9/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 9/9/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 9/9/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Rodrigo Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2025, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o impacto da atuação da Faculdade de Políticas Públicas e Gestão de Negócios Tancredo Neves na formação de gestores no Estado.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2025.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2025, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.172/2023, do deputado Sargento Rodrigues; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 13.498/2025, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e 13.524/2025, da deputada Amanda Teixeira Dias; de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as condições de trabalho e segurança dos policiais penais do Estado, em razão do assassinato do policial penal Euler Oliveira Pereira Rocha, ocorrido em 3 de agosto de 2025, no Hospital Luxemburgo, em Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Luizinho, Hely Tarquínio e Lincoln Drumond, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2025, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a importância da manutenção da Escola Estadual Dona Argentina Vianna Castelo Branco, em Belo Horizonte, para a comunidade escolar da região, bem como de discutir a necessidade de ampliação de vagas nessa escola para atender à demanda por matrícula.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Amanda Teixeira Dias e os deputados Doutor Wilson Batista, Caporezzo e Lucas Lasmar, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2025, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, no 1º turno, o Parecer sobre as Emendas nºs 1 a 3 ao Projeto de Lei nº 3.093/2024, do deputado Bruno Engler, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2025.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Marquinho Lemos, Arnaldo Silva, Doutor Jean Freire e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2025, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2025.

Ricardo Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Demais Comissões Permanentes**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Chiara Biondini e os deputados Enes Cândido, Antonio Carlos Arantes, Hely Tarquínio, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e as deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves, Delegada Sheila, Ione Pinheiro, Lohanna, Maria Clara Marra e Marli Ribeiro e os deputados Adriano Alvarenga, Arlen Santiago, Arnaldo Silva, Betão, Bim da Ambulância, Bruno Engler, Celinho Sintrocel, Coronel Henrique, Cristiano Silveira, Delegado Christiano Xavier, Doorgal Andrada, Doutor Wilson Batista, Dr. Maurício, Gil Pereira, Grego da Fundação, João Magalhães, Leleco Pimentel, Leonídio Bouças, Luizinho, Mário Henrique Caixa, Marquinho Lemos, Oscar Teixeira, Rafael Martins, Raul Belém, Ricardo Campos, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues, Thiago Cota, Tito Torres, Vitorio Júnior e Zé Guilherme, membros das comissões permanentes designados nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 9/9/2025, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os

Pareceres para Turno Único dos Projetos de Lei nºs 3.898, 4.121 e 4.170/2025, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de Setembro de 2025.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Zé Laviola, Betinho Pinto Coelho e Dr. Maurício, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2025, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2025.

Mauro Tramonte, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a deputada Chiara Biondini e os deputados Enes Cândido, Antonio Carlos Arantes, Hely Tarquínio, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2025, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 3.755/2025, do deputado Tadeu Leite; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 62/2025, do deputado João Magalhães, do Projeto de Lei Complementar nº 76/2025, do Tribunal de Contas, do Projeto de Lei nº 3.399/2025, do deputado Zé Guilherme, e do Projeto de Lei nº 3.995/2025, do governador do Estado; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2025.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Lohanna e os deputados Mauro Tramonte e Oscar Teixeira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2025, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente a voto de congratulações com a direção do Colégio Mundo Novo, do Município de Unai.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2025.

Professor Cleiton, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Minas e Energia e de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ana Paula Siqueira e Carol Caram e os deputados Bim da Ambulância e Adriano Alvarenga, membros da Comissão de Minas e Energia, e as deputadas Lud Falcão e Marli Ribeiro e os deputados Raul Belém, Dr. Maurício e Coronel Henrique, membros da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, para a reunião a ser realizada em

9/9/2025, às 16h5min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições e de, em audiência pública, debater o programa Cemig Agro.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2025.

Gil Pereira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho Sintrocel, Adriano Alvarenga, Enes Cândido, Leleco Pimentel e Zé Laviola, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/9/2025, às 11h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2025.

Celinho Sintrocell, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.974/2025

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria da deputada Lohanna, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Circular Cultural, com sede no Município de Contagem.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A primeira comissão examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública o Instituto Circular Cultural, com sede no Município de Contagem, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção dos direitos culturais.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Conforme seu estatuto, a entidade tem como um de seus objetivos o ensino de técnicas circenses, utilizando a arte como ferramenta para a transformação pessoal e comunitária. Sua abordagem pedagógica respeita as tradições do circo ao mesmo tempo que incorpora elementos contemporâneos, contribuindo para o desenvolvimento artístico e social dos participantes, com foco especial em crianças e jovens.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Instituto Circular Cultural, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.974/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2025.

Professor Cleiton, relator.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sr. Adriano da Silva Ribeiro por sua eleição para secretário do Conselho Curador da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular – Funadesp (Requerimento nº 13.430/2025, da Comissão de Educação);

de congratulações com o estudante João Jacinto Ferraz, da Escola Estadual Tomé Portes del-Rei, situada em São João del-Rei, pela conquista do 1º e do 3º lugar na Olimpíada Brasileira de Robótica – OBR –, em 5/7/2025, durante a III Feira de Educação Tecnológica, etapa regional de Varginha (Requerimento nº 13.434/2025, da Comissão de Educação);

de congratulações com a estudante Larissa Manuela Passos Silva, da Escola Estadual Tomé Portes del-Rei, situada em São João del-Rei, pela conquista do 1º e do 3º lugar na Olimpíada Brasileira de Robótica – OBR –, em 5/7/2025, durante a III Feira de Educação Tecnológica, etapa regional de Varginha (Requerimento nº 13.437/2025, da Comissão de Educação);

de congratulações com a estudante Geovanna Letícia Santos Duarte, da Escola Estadual Tomé Portes del-Rei, situada em São João del-Rei, pela conquista do 1º e do 3º lugar na Olimpíada Brasileira de Robótica – OBR –, em 5/7/2025, durante a III Feira de Educação Tecnológica, etapa regional de Varginha (Requerimento nº 13.440/2025, da Comissão de Educação);

de congratulações com a estudante Bruna Vitória Ribeiro dos Santos, da Escola Estadual Tomé Portes del-Rei, situada em São João del-Rei, pela conquista do 1º e do 3º lugar na Olimpíada Brasileira de Robótica – OBR –, em 5/7/2025, durante a III Feira de Educação Tecnológica, etapa regional de Varginha (Requerimento nº 13.444/2025, da Comissão de Educação);

de congratulações com o estudante Jorge Henrique da Silva Reis, da Escola Estadual Tomé Portes del-Rei, situada em São João del-Rei, pela conquista do 1º e do 3º lugar na Olimpíada Brasileira de Robótica – OBR –, em 5/7/2025, durante a III Feira de Educação Tecnológica, etapa regional de Varginha (Requerimento nº 13.446/2025, da Comissão de Educação);

de congratulações com o Sr. Luiz Guilherme Silveira de Jesus, professor da Escola Estadual Tomé Portes del-Rei, situada em São João del-Rei, pela conquista do 1º e do 3º lugar na Olimpíada Brasileira de Robótica – OBR –, em 5/7/2025, durante a III Feira de Educação Tecnológica, etapa regional de Varginha (Requerimento nº 13.447/2025, da Comissão de Educação);

de congratulações com a Escola Estadual Tomé Portes del-Rei, situada em São João del-Rei, pela conquista do 1º e do 3º lugar na Olimpíada Brasileira de Robótica – OBR –, em 5/7/2025, durante a III Feira de Educação Tecnológica, etapa regional de Varginha (Requerimento nº 13.448/2025, da Comissão de Educação);

de congratulações com a Sra. Larissa Trindade Tarôco, professora da Escola Estadual Tomé Portes del-Rei, situada em São João del-Rei, pela conquista do 1º e do 3º lugar na Olimpíada Brasileira de Robótica – OBR –, em 5/7/2025, durante a III Feira de Educação Tecnológica, etapa regional de Varginha (Requerimento nº 13.449/2025, da Comissão de Educação);

de congratulações com o Sr. Marcos José Calsavara, professor da Escola Estadual Tomé Portes del-Rei, situada em São João del-Rei, pela conquista do 1º e do 3º lugar na Olimpíada Brasileira de Robótica – OBR –, em 5/7/2025, durante a III Feira de Educação Tecnológica, etapa regional de Varginha (Requerimento nº 13.450/2025, da Comissão de Educação);

de congratulações com o Sr. Bruno de Paula Ossalin Paiva, professor da Escola Estadual Tomé Portes del-Rei, situada em São João del-Rei, pela conquista do 1º e do 3º lugar na Olimpíada Brasileira de Robótica – OBR –, em 5/7/2025, durante a III Feira de Educação Tecnológica, etapa regional de Varginha (Requerimento nº 13.451/2025, da Comissão de Educação);

de congratulações com os membros da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres – Revim –, em Santa Luzia, pelas ações de prevenção e enfrentamento da violência contra mulheres realizadas nesse município, especialmente nos anos de 2023 e 2024. (Requerimento nº 13.462/2025, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com as pessoas que menciona, em reconhecimento às suas inestimáveis contribuições para a preservação, valorização e transmissão da cultura afro-brasileira no Estado (Requerimento nº 13.487/2025, da Comissão de Cultura);

de congratulações com o Conselho Estadual da Pessoa Idosa – CEI – pela posse dos novos representantes desta Casa no CEI (Requerimento nº 13.499/2025, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com os Srs. Niterram Soares de Lima, vice-prefeito de Santa Filomena (MA) e presidente do Conselho Regional de Óptica e Optometria do Maranhão – CROO-MA –, Antônio Maurício de Freitas Carneiro, secretário municipal de Saúde de Jijoca de Jericoacora (CE), e Edvan Alves Fernandes, vice-prefeito de Reduto, pela atuação em favor da regulamentação da profissão de óptico e optometrista (Requerimento nº 13.505/2025, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com as pessoas que menciona pela atuação na luta pela regulamentação da profissão óptica e da optometria e pela participação na audiência pública da comissão, realizada em 26/8/2025, que debateu o tema, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar Mineira em Defesa da Óptica e da Optometria (Requerimento nº 13.506/2025, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com Maísa Dias Soares pela conquista da medalha de ouro no Campeonato Pan-Americano de Jiu-Jitsu de 2025, realizado nos Estados Unidos, e com seu professor e instrutor, Fábio Dias Soares (Requerimento nº 13.522/2025, da Comissão de Esporte).



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos e das entidades da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 13.402/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves aprovado na 21ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG – pedido de providências com vistas a normatizar e instituir mecanismo de fiscalização da aplicação de recursos oriundos de acordos judiciais e extrajudiciais firmados em decorrência de crimes socioambientais, a exemplo dos acordos de Mariana e de Brumadinho, além de outros firmados com empreendedores no Estado, nos moldes do que foi implementado para fiscalização da aplicação dos recursos arrecadados pela compensação financeira pela exploração de recursos minerais – Cfem.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 3ª Reunião Especial desta comissão, realizada em 11/8/2025, que teve por finalidade debater sobre justiça socioambiental e tributária e as atividades de mineração.

Sala das Reuniões, 25 de agosto de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 13.408/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Bim da Ambulância aprovado na 21ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – em Pains pedido de providências para que seja realizada fiscalização *in loco* com o objetivo de verificar as atividades da empresa Gecal Indústria e Comércio de Produtos Minerais Ltda. nas proximidades de estruturas geológicas e espeleológicas no Município de Pains, avaliando-se as cavidades naturais na área diretamente afetada – ADA – e na área indiretamente afetada – AID – do empreendimento, bem como seja feita uma auditoria no processo de licenciamento ambiental do projeto de propriedade dessa empresa, aprovado pelo Codema sob o PA SMMA nº 22/2021/001/2021 LAC2 LO, com especial atenção às condicionantes que deixaram de ser cumpridas na fase de licença prévia e de instalação concomitantes – LP + LI –, aos critérios adotados na avaliação e na valoração das cavidades e das estruturas naturais, bem como à definição de sua área de influência.

Sala das Reuniões, 25 de agosto de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Justificação: Recebimento de denúncia sobre irregularidades no processo de licenciamento da empresa Gecal – Gecal Indústria e Comércio de Produtos Minerais Ltda. – aliados aos recorrentes debates sobre impactos ambientais e culturais em uma área histórica com sítios arqueológicos e paleontológicos de toda região e de Minas Gerais.

REQUERIMENTO Nº 13.420/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para garantia da manutenção da Escola Estadual Dona Argentina Vianna Castelo Branco e continuidade de seu funcionamento integral, sem que haja alteração no atendimento aos estudantes com deficiência; emissão imediata de declaração formal, com reconhecimento oficial, atestando que não há nenhuma intenção de fechamento, encerramento ou fusão da escola; e elaboração de estudo de ampliação e expansão dos planos de atendimento na escola.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Justificação: A continuidade desses serviços é essencial para assegurar o direito à educação especializada, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e nos princípios do melhor interesse da criança e do adolescente (Art. 6º do ECA e Art. 227 da CF).

REQUERIMENTO Nº 13.421/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja

encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja implementado procedimento simplificado de matrícula para alunos com deficiência nas escolas especiais, reduzindo-se as exigências documentais em conformidade com diretrizes já previstas em legislação federal e estadual; para que seja disponibilizado formulário digital oficial com instruções claras e *checklist* de documentos, bem como criado plantão telefônico e presencial de apoio para acompanhamento da matrícula; e para que sejam promovidas campanhas informativas junto às superintendências regionais de ensino, com tutoriais e esclarecimentos de dúvidas às famílias.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Justificação: Pais e responsáveis têm desistido de matricular seus filhos devido à exigência de uma série de documentos e trâmites que se mostram excessivamente burocráticos, desestimulando a adesão às escolas especiais. Facilitar o acesso e simplificar o processo de matrícula fortalecem a inclusão educativa, promovem o direito à educação e evitam evasão por barreiras burocráticas.

REQUERIMENTO Nº 13.422/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de publicação da cessão do Estado para a Prefeitura de Belo Horizonte da Sra. Fabiana Maria Cruz, servidora, conforme solicitação feita ao governo do Estado por esta parlamentar, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 25/8/2025, sob o Protocolo nº 101848.007812-9/2025.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.423/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Natália Graziotti Soares, que se refere à ameaça de corte em sua folha de pagamento, conforme solicitação feita ao governo de Estado por esta parlamentar, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 25/8/2025, sob o Protocolo nº 101848.007814-8/2025.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), Presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.424/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de emissão de certidão de contagem de

tempo de serviço do Sr. João Nunes Machado, conforme solicitação feita ao governo de Estado por esta parlamentar, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 25/8/2025, sob o Protocolo nº 101848.007818-6/2025.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.425/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Ana Lúcia da Cunha Quintão, que trata da publicação de sua aposentadoria, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 7/3/2025, sob o Protocolo nº 101848.001791-0/2025.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.426/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de reavaliação de exame admissional da Sra. Andressa Merçody Alves Corrêa, servidora, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 1º/10/2024, sob o Protocolo nº 101848.004512-7/202.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.427/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido averbação de tempo de serviço da Sra. Ângela Aparecida de Abreu Silva, servidora, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 30/6/2025, sob o Protocolo nº 101848.005827-1/2025.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.428/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Ângela Maria Dorneles Lopes, servidora, que se refere à obtenção de sua declaração de tempo de contribuição, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 22/8/2024, sob o Protocolo nº 101848.003600-5/2024.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.429/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja processado o pedido de averbação de tempo da Sr. Ângela Maria Oliveira Nogueira, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 11/12/2024, sob o Protocolo nº 101848.006226-4/2024.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.431/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido do Sr. Anivaldo Anselmo de Matos, que se refere à publicação de sua aposentadoria, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 22/4/2025, sob o Protocolo nº 101848.003412-0/2025.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.432/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de publicação de aposentadoria da Sra.

Elizabeth Maria de Souza, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 16/1/2024, sob o Protocolo nº 001622-3/2024.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.433/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de publicação da aposentadoria do Sr. Élcio de Jesus Vieira, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG – em 12/3/2025, sob o Protocolo nº 101848.002033-0/2025.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.435/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de obtenção de declaração de tempo de contribuição da Sra. Elaine Maria de Paula, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 22/8/2024, sob o Protocolo nº 101848.003636-3/2024.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.436/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de obtenção de declaração de tempo de contribuição da Sra. Elaine Beatriz Faria, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 22/8/2024, sob o Protocolo nº 101848.003615-1/2024.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.438/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – do Sr. Edson Ribeiro de Jesus, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 10/6/2024, sob o Protocolo nº 101848.002752-3/2024.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.439/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja processado o pedido de obtenção de declaração de tempo de contribuição da Sra. Draumira Fragoso Lopes, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 22/8/2024, sob o Protocolo nº 101848.003614-7/2024.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.441/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja processado o pedido de publicação de aposentadoria da Sra. Diana Valéria Vasconcelos Pinto, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 5/2/2025, sob o Protocolo nº 101848.001156-1/2025.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.442/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de declaração de tempo de contribuição da

Sra. Denise Aguida da Costa, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG – em 22/8/2024, sob o Protocolo nº 101848.003613-2/2024.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.443/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja processado o pedido de obtenção de declaração de tempo de contribuição da Sra. Flávia de Assis Maffia, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 22/8/2024, sob o Protocolo nº 101848.003637-8/2024.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.445/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito de Ribeirão das Neves pedido de informações, em complementação ao Requerimento nº 11.454/2025, que trata da adesão ao Projeto Mãos Dadas, sobre a avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do referido município, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, com os respectivos documentos comprobatórios dessa avaliação, já que no Ofício SMUG nº 565/2025, de 18/8/2025, encaminhado a esta Casa em resposta ao supracitado requerimento, não consta essa documentação solicitada; sobre as nomenclaturas ou descrição detalhada dos cargos com a respectiva habilitação ou escolaridade dos profissionais da rede municipal de ensino que atuam no atendimento educacional especializado; sobre o valor anual por aluno investido na educação infantil e no ensino fundamental antes e depois da adesão ao projeto; sobre a existência de estudos de médio e longo prazos que atestem a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária diante da absorção das novas matrículas e a previsão no orçamento municipal de eventuais despesas de natureza continuada, remetendo-se a esta casa, em caso afirmativo, os documentos comprobatórios; sobre o impacto da absorção das novas matrículas do ensino fundamental na oferta do transporte escolar, esclarecendo se o serviço é prestado regularmente a todos os alunos, inclusive àqueles com deficiência; sobre os instrumentos ou mecanismos de gestão democrática do ensino existentes na rede municipal; sobre a situação das construções de novas escolas, aquisição de terrenos, móveis e equipamentos após a adesão ao projeto; sobre a permanência ou não da coabitação de nove escolas adotadas para absorver as novas matrículas; e, por fim, sobre o número total de matrículas do ensino fundamental absorvidas pelo Município de Contagem em decorrência do Projeto Mãos Dadas, informações essas não contempladas no ofício mencionado.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 13.453/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para substituição urgente de coletes balísticos vencidos no pelotão da PMMG no Município de Carmo do Cajuru, garantindo plena segurança no desempenho das atividades de policiamento no referido município.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

Justificação: Durante visita realizada in loco por este parlamentar à referida unidade policial, foi constatada a existência de 11 (onze) coletes balísticos vencidos, fato que compromete a segurança e a integridade física dos policiais militares em serviço, além de colocar em risco a eficiência da atividade operacional. Embora a PMMG tenha informado, em resposta ao Requerimento nº 10.554/2025, que o pelotão dispõe de coletes em quantidade suficiente e que as demandas de substituição são observadas no planejamento logístico, a permanência de equipamentos vencidos evidencia a necessidade de adoção imediata de medidas concretas para renovação e envio de novos EPIs, a fim de assegurar que todos os militares atuem com proteção adequada e dentro da validade exigida pelos padrões técnicos. Assim, reitero e reforço o pedido anteriormente formulado, agora acrescido da constatação oficial da irregularidade, para que a PMMG priorize a substituição dos 11 coletes vencidos, garantindo plena segurança no desempenho das atividades de policiamento em Carmo do Cajuru. Diante do exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 13.457/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Suase – pedido de providências para que os adolescentes infratores apreendidos pela Polícia Civil de Divinópolis sejam recebidos inicialmente no centro socioeducativo local, cabendo à Suase, posteriormente, proceder com a escolta até a unidade definida pela central de vagas, com vistas a corrigir a atual distorção, que tem obrigado a Polícia Civil a realizar deslocamentos longos e onerosos, comprometendo a eficiência da segurança pública regional.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

Justificação: Tal medida visa corrigir a atual distorção, que tem obrigado a Polícia Civil a realizar deslocamentos longos e onerosos, inclusive para municípios como Uberlândia, Montes Claros e Governador Valadares, comprometendo a eficiência da segurança pública regional, conforme constatado por este parlamentar em visita à cidade de Divinópolis. Assim, diante do exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 13.458/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que aumente o efetivo de policiais penais do Presídio de Passos e proceda à reforma dos banheiros e das guaritas utilizados por estes servidores.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

Justificação: Durante visita realizada por este parlamentar, foi possível constatar que atualmente a unidade conta com apenas 56 policiais penais para a custódia de 381 presos, resultando em média de apenas 10 a 12 policiais por turno. Além disso, foi possível perceber a urgente necessidade de realização de reforma das guaritas, especialmente no tocante à adequação dos banheiros, que atualmente não oferecem privacidade por estarem abertos e sem divisória, bem como a substituição da película dos vidros, de modo a impedir, em qualquer hipótese, que pessoas do lado de fora consigam visualizar o interior das guaritas quando as luzes estão acesas à noite. Diante da gravidade do exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 13.459/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para a melhoria das condições estruturais, de efetivo e de equipamentos do Presídio de São Sebastião do Paraíso, especificamente para a instalação de equipamento de *bodyscan*, a construção de banheiros nos alojamentos destinados ao atendimento adequado de homens e mulheres, o reforço do efetivo de policiais penais em número compatível com a custódia de presos e suficiente para assegurar a ativação das guaritas e o cumprimento regular das escalas de serviço, bem como a disponibilização de espingardas calibre 12 indispensáveis à segurança institucional.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

Justificação: Durante visita realizada por este parlamentar, foi constatado que a unidade já dispõe de espaço e infraestrutura prontos para a instalação do equipamento de *bodyscan*, contudo o aparelho ainda não foi disponibilizado, comprometendo o controle de segurança e a revista humanizada de visitantes. Verificou-se, ainda, que o alojamento dos policiais penais se encontra em condições inadequadas, contando com apenas um banheiro coletivo de uso comum entre homens e mulheres, situação que afronta a dignidade dos servidores. No que se refere ao efetivo, observou-se um quadro crítico: embora o número previsto de policiais penais seja de 80, a unidade contava oficialmente com 40 e, considerando afastamentos e férias, apenas 32 servidores estavam em atividade no dia da visita. Tal quantitativo é insuficiente para o custeio da rotina da unidade, que abriga aproximadamente 360 presos, resultando em escalas extenuantes de 24x24 e 12x36, sem possibilidade de concessão de folgas. Nessas circunstâncias, até mesmo a escolta de presos hospitalizados tem exigido o deslocamento de quem estiver disponível, inclusive diretor e subdiretor, o que demonstra a sobrecarga e o desvio de funções. Outro aspecto preocupante é que as cinco guaritas existentes na unidade encontram-se desativadas por falta de pessoal e estrutura, o que fragiliza sobremaneira a segurança do estabelecimento prisional. Além disso, verificou-se a carência de equipamentos adequados para a atuação policial, sendo necessária a disponibilização urgente de espingardas calibre 12 para suprir as demandas operacionais. Diante do exposto, solicita-se que sejam adotadas providências imediatas para a instalação do equipamento de *bodyscan* já previsto para a unidade, a melhoria da infraestrutura do alojamento com a construção de banheiros que atendam adequadamente homens e mulheres, o reforço do efetivo de policiais penais em número compatível com a custódia dos presos e suficiente para permitir a ativação das guaritas e o cumprimento regular das escalas de serviço, bem como a disponibilização de espingardas calibre 12 necessárias para a segurança institucional. Conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 13.460/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para a imediata regularização dos contratos de manutenção da estrutura e das viaturas do pelotão de São Sebastião do Paraíso, assegurando o pleno funcionamento da unidade e garantindo aos militares condições adequadas para o exercício de suas atividades constitucionais.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

Justificação: Em visita parlamentar realizada àquela unidade, constatou-se que o Pelotão se encontra há quase sessenta dias sem contrato de manutenção da estrutura física e das viaturas, o que tem comprometido diretamente o funcionamento do serviço essencial prestado à população. Diante da ausência de suporte administrativo e financeiro, os próprios bombeiros têm sido obrigados a realizar “vaquinhas” entre si para custear despesas de manutenção predial, de internet, de veículos e de outros itens necessários ao regular funcionamento da unidade, situação absolutamente incompatível com a relevância e a natureza das atividades desempenhadas pela corporação. Considerando que o Corpo de Bombeiros Militar presta serviço essencial de proteção à vida, ao patrimônio e ao meio ambiente, não se mostra admissível que a continuidade de suas operações fique na dependência de contribuições pessoais de seus integrantes, o que revela não apenas descaso institucional, mas também risco à efetividade e à regularidade do atendimento à população de toda a região. Diante do exposto, solicita-se que sejam adotadas, com urgência, as providências necessárias para a imediata regularização dos contratos de manutenção da estrutura e das viaturas do Pelotão de São Sebastião do Paraíso, assegurando o pleno funcionamento da unidade e garantindo aos militares condições adequadas para o exercício de suas atividades constitucionais. Assim, diante da gravidade do exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 13.463/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Delegado Christiano Xavier aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para estender a presença de militares reformados nas escolas cívico-militares, em período noturno, tendo em vista a necessidade de garantir mais segurança aos alunos e ao corpo docente e administrativo dessas escolas.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

Justificação: Senhores Deputados: Tendo em vista que em Minas Gerais existem 9 Escolas Cívico-Militares e está ocorrendo a consulta a mais de 700 escolas para aderirem ou não a este formato de gestão e cuidados disciplinares das unidades escolares, e ainda, que a presença dos militares reformados contratados se dá apenas nos turnos da manhã e tarde, deixando desfalcado o turno da noite, causando certa insegurança aos alunos, corpo docente e administrativo. Aproveitando este momento de grande repercussão do tema, necessário seria ampliar a presença dos militares contratados ao turno da noite, pois a maioria das unidades escolares encontram-se em localidades carentes que requer maior sensação de segurança. Sendo assim, apresento este Requerimento para que a Sejustp amplie a presença de militares reformados contratados nas Escolas Cívico-Militares, já existentes e nas escolas que aderirem, ao turno da noite, o que promoverá maior sensação de segurança e prevenirá possíveis problemas disciplinares e de segurança. Conto com o apoio dos nobres colegas Deputados para que esta proposta encontre êxito e traga maior segurança às nossas escolas estaduais.

REQUERIMENTO Nº 13.464/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Delegado Christiano Xavier aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para uma solução imediata quanto a regularização do imóvel onde, há mais de 30 anos, funciona a 15ª Companhia da PMMG, no Bairro Céu Azul, em Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

Justificação: Conforme amplamente divulgado pela imprensa (matérias jornalísticas em anexo), os moradores e comerciantes do Céu Azul temem pela retirada da Companhia da Polícia Militar do bairro, localizada na Rua Maria Regina de Jesus, 759. A possível retirada da Companhia tem mobilizado a comunidade, devido ao risco eminente da redução do policiamento preventivo e conseqüentemente, o aumento da violência na região de Venda Nova e Pampulha. O problema surgiu devido ao proprietário do imóvel ter pedido a posse do imóvel que a PMMG utiliza há mais de 30 anos.

REQUERIMENTO Nº 13.491/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 26/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a garantia de funcionamento ininterrupto, 24 horas por dia, das delegacias especializadas de atendimento à mulher – Deams – do Estado.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

REQUERIMENTO Nº 13.504/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Leleco Pimentel aprovado na 21ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para garantir a tramitação do Projeto de Lei nº 3.716/2021, que dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de optometria no sistema de saúde e dá outras providências, com orientação para sua aprovação, de forma a balizar o exercício profissional e a fiscalização dessa profissão.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 16ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 26/8/2025, que teve por finalidade debater o tema da Óptica e da Optometria, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar Mineira em Defesa da Óptica e da Optometria.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

REQUERIMENTO Nº 13.508/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 21ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja reaberto imediatamente, em sua plena capacidade de atendimento, o centro de terapia intensiva – CTI – infantil do Hospital João Paulo II, em Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Justificação: O fechamento do Centro de Terapia Intensiva – CTI – infantil do Hospital João Paulo II, em Belo Horizonte, anunciado em 21 de agosto de 2025, representa uma medida de profundo impacto para a rede pública de saúde de Minas Gerais. O hospital é reconhecido como referência estadual em doenças infectocontagiosas infantis e em doenças raras, desempenhando papel estratégico na atenção de alta complexidade da rede Fhemig. A desativação temporária de 16 leitos de terapia intensiva pediátrica ocorre em um contexto de aumento de casos de doenças respiratórias e de elevada demanda por atendimento hospitalar, especialmente na infância. Tal decisão tem gerado apreensão entre profissionais de saúde, pacientes e familiares, não apenas pelo risco de sobrecarga em outras unidades, mas também pelos efeitos sobre as condições de trabalho dos servidores e servidoras que foram transferidos, com potenciais impactos inclusive para sua saúde mental. É dever do Poder Público assegurar a continuidade, a qualidade e a eficiência do atendimento em saúde, garantindo que reformas estruturais ou tecnológicas não resultem em retrocessos no cuidado da população. A transparência dos estudos técnicos, a clareza dos cronogramas, a publicidade dos custos e a garantia de condições dignas de trabalho são exigências que se impõem em respeito ao direito à saúde, à dignidade dos trabalhadores e à boa gestão do sistema público.

REQUERIMENTO Nº 13.512/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 21ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam garantidas condições adequadas de trabalho aos trabalhadores impactados pelo fechamento do centro de terapia intensiva – CTI – infantil do Hospital João Paulo II, em virtude de uma reforma que mostrou problemas de planejamento e não foi devidamente comunicada de forma prévia aos servidores da unidade.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

REQUERIMENTO Nº 13.514/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 21ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Brumadinho pedido de informações acerca do acidente, ocorrido em pedreira localizada nesse município, em 19/8/2025, que resultou no falecimento do trabalhador Ademar Ribeiro Junior e deixou outro trabalhador ferido, especificando-se a razão social, o CNPJ e o nome fantasia da empresa responsável pela execução dos serviços na referida pedreira, a modalidade de contratação utilizada (licitação, dispensa ou inexigibilidade), a data de assinatura do contrato, o objeto exato do contrato, seu valor total e prazo de vigência e as cláusulas contratuais relacionadas à obrigação de cumprimento das normas regulamentadoras de segurança do trabalho – NRs –, especialmente as NRs nºs 6, 18 e 22; indicando-se o órgão ou setor da Prefeitura Municipal de Brumadinho responsável pela

fiscalização do contrato e esclarecendo-se se houve a realização de acompanhamento “*in loco*” das atividades na pedreira, com o envio a esta Casa, caso tenha sido realizado esse acompanhamento, de relatórios ou registros das eventuais inspeções, e se foram aplicadas notificações, advertências ou penalidades à empresa terceirizada antes do acidente; esclarecendo-se se a referida prefeitura exigiu comprovação de treinamentos obrigatórios da empresa contratada, com o envio a esta Casa de cópias de certificados, listas de presença ou qualquer documento que comprove a realização de cursos voltados à segurança, ao manuseio de explosivos e à análise de riscos e protocolos de emergência; esclarecendo-se se a empresa terceirizada apresentou à mencionada prefeitura plano de fornecimento de equipamentos de proteção individual – EPIs – aos trabalhadores e se a fiscalização municipal verificou a utilização de EPIs e a existência de EPIs e de equipamentos de proteção coletiva – EPCs – adequados; esclarecendo-se, quanto aos protocolos de emergência, se o contrato previa a existência de plano de emergência em caso de acidentes graves e qual foi a resposta adotada no momento do acidente (quem acionou socorro, tempo de atendimento, envolvimento da Defesa Civil ou do Samu); e esclarecendo-se se a referida prefeitura já instaurou processo administrativo para apuração das responsabilidades, se houve suspensão do contrato, aplicação de multa ou rescisão e quais providências preventivas estão sendo tomadas para evitar novos acidentes com empresas contratadas.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2025.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

REQUERIMENTO Nº 13.515/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Delegado Christiano Xavier aprovado na 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que seja realizado estudo de viabilidade visando à isenção do pagamento da tarifa do pedágio a ser instalado na BR-381, no Município de Caeté, para os veículos emplacados nesse município e nos de Bom Jesus do Amparo e Nova União.

Sala das Reuniões, 28 de agosto de 2025.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Justificação: Considerando os valores divulgados, a tarifa base por praça de pedágio na BR-381 variará entre R\$10,75 e R\$13,75. Para quem circula diariamente nesse trecho, haverá um gasto mensal de aproximadamente R\$600,00 mensais. Considerando que centenas de pessoas trafegam diariamente entre as cidades de Bom Jesus do Amparo, Nova União e Caeté, e boa parte se dirige também a Belo Horizonte para trabalhar, a cobrança da tarifa do pedágio nesse trecho de pequena quilometragem, onerará demasiadamente o orçamento dos condutores dos veículos, impossibilitando a continuidade de suas atividades profissionais, gerando desemprego na região.

REQUERIMENTO Nº 13.516/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Delegado Christiano Xavier aprovado na 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que seja realizado estudo de viabilidade visando à isenção do pagamento da tarifa do pedágio a ser instalado na BR-381, no Município de Caeté, para os veículos emplacados nesse município e nos de Bom Jesus do Amparo e Nova União.

Sala das Reuniões, 28 de agosto de 2025.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Justificação: Considerando os valores divulgados, a tarifa base por praça de pedágio na BR 381 variará entre R\$10,75 e R\$13,75. Para quem circula diariamente nesse trecho, haverá um gasto mensal de aproximadamente R\$600,00 mensais. Considerando que centenas de pessoas trafegam diariamente entre as cidades de Bom Jesus do Amparo, Nova União e Caeté, e boa parte se dirige também a Belo Horizonte para trabalhar, a cobrança da tarifa do pedágio nesse trecho de pequena quilometragem, onerará demasiadamente o orçamento dos condutores dos veículos, impossibilitando a continuidade de suas atividades profissionais, gerando desemprego na região.

REQUERIMENTO Nº 13.517/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Luizinho aprovado na 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao ministro dos Transportes pedido de informações sobre a existência de algum projeto em estudo visando à concessão das balsas em operação no Lago de Furnas.

Sala das Reuniões, 28 de agosto de 2025.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

REQUERIMENTO Nº 13.520/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Luizinho aprovado na 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/8/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras –, no Rio de Janeiro (RJ), pedido de informações sobre as medidas que vêm sendo adotadas pela empresa quanto à manutenção, modernização e segurança das balsas que operam nos Lagos de Furnas e Peixoto; sobre a base legal utilizada pela Eletrobras para exigir que os municípios lindeiros assumam integralmente a responsabilidade pela operação e manutenção dessas balsas, mediante assinatura de termos de quitação e convênios de cooperação; sobre estudos técnicos, pareceres jurídicos ou avaliações de impacto que fundamentariam a transferência de responsabilidades para os municípios; sobre o plano de investimentos previsto pela Eletrobras para assegurar a continuidade do serviço com segurança e eficiência, em conformidade com a Lei Federal nº 14.182, de 2021; e sobre a existência de termo de cooperação firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Eletrobras com a finalidade de transferir aos municípios lindeiros as responsabilidades relativas a essas balsas, enviando-se a esta Casa cópia desse termo, caso exista.

Sala das Reuniões, 28 de agosto de 2025.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Justificação: Com a construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas – UHE Furnas –, na década de 1960, diversas estradas, pontes e caminhos que garantiam a integração regional foram submersos pelas águas do lago, interrompendo conexões rodoviárias entre municípios do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Para mitigar os impactos da inundação e restabelecer o direito de ir e vir das populações locais, a própria Furnas Centrais Elétricas S.A., então subsidiária da Eletrobras, assumiu a responsabilidade pela implantação, operação e manutenção das balsas que passaram a garantir a travessia entre margens do reservatório. Essas balsas, concebidas para veículos leves da época, tornaram-se ao longo das décadas indispensáveis ao transporte de pessoas, cargas, ônibus e caminhões pesados, constituindo verdadeiro elo viário em regiões antes conectadas por estradas e pontes. Entretanto, em vez de investir na modernização e segurança do serviço, a Eletrobras e a Seinfra têm pressionado municípios lindeiros

a assumir integralmente a responsabilidade pela operação das balsas, mediante termos de quitação e convênios de cooperação. Tais medidas, além de controversas do ponto de vista jurídico, transferem passivos históricos criados pelo próprio empreendimento hidrelétrico e contrariam a Lei Federal nº 14.182/2021, que determinou que os encargos da Eletrobras deveriam acompanhar a privatização. Diante disso, é imprescindível que esta Comissão esclareça as responsabilidades e os planos do Estado, da União e da Eletrobras quanto à prestação do serviço de travessia, essencial à população.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/9/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Lucas Cristiano dos Santos, padrão VL-13, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Marquinho Lemos.

EDITAL DE CITAÇÃO

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por intermédio da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 17.387/2025, instaurada pela Portaria nº 28/2025, do diretor-geral, publicada no *Diário Administrativo* de 13 de maio de 2025, faz saber a todos quantos este edital virem ou dele tiverem conhecimento que se encontra em trâmite processo administrativo disciplinar em face do ex-servidor Carlos Júnio Sousa Moreira, Matrícula nº 23.942/9, visando apurar possíveis irregularidades descritas nos autos.

Considerando que o ex-servidor não foi localizado em seu endereço funcional ou residencial constante nos registros desta administração e que foram infrutíferas as demais tentativas de notificação pessoal, fica o referido ex-servidor citado, por meio deste edital, para apresentar defesa escrita no prazo de 15 dias contados do fim do prazo dilatatório de 15 dias, nos termos do art. 274, § 2º, da Resolução nº 800, de 5 de janeiro de 1967, na sede de instalação da comissão processante.

O ex-servidor poderá constituir advogado para acompanhamento do feito, sendo-lhe assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa. Caso não apresente defesa no prazo assinalado, ser-lhe-á nomeado defensor dativo, nos termos da lei.

Cópia integral dos autos estará disponível para consulta na secretaria da comissão processante, instalada no seguinte endereço: Sala de Reuniões da Procuradoria-Geral, Rua Rodrigues Caldas, 79, 12º andar – Edifício Tiradentes, Santo Agostinho, Belo Horizonte-MG, no horário das 9 às 16 horas.

E, para que chegue ao conhecimento do interessado e de todos quantos possam ter interesse, expediu-se este edital, que será publicado no *Diário do Legislativo*.

Belo Horizonte, 8 de setembro de 2025.

André Gomes do Amaral, presidente da comissão processante.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO Nº 12/2025

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Mulheres Conectadas para o Sucesso – MCS. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: 30 dias, a partir da data da assinatura, prorrogáveis por mais 30 dias. Licitação: dispensada, nos termos do art. 76, II, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

TERMO DE CONTRATO Nº 36/2025**Número no Siad: 9476544**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Barcelos Comércio e Representações Ltda. Objeto: aquisição de álcool para serviços constantes de limpeza e higienização. Vigência: 12 meses, contados da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP –, prorrogável na forma da lei. Licitação: dispensada em razão do valor, conforme o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3390.10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 83/2025**Número no Siad: 9261581-5**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Móbile Comércio e Serviços em Telecomunicações Ltda. Objeto do contrato: prestação de serviços de suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e demais serviços em tecnologia da informação. Objeto do aditamento: quinta prorrogação, em caráter excepcional, com reajuste de preço. Vigência: 21/10/2025 a 20/10/2026. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3. 90 (10.1).